

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS**

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

**A RELAÇÃO ENTRE A ATUAÇÃO DO ESTADO NO COMBATE AO
CONTRABANDO E AO DESCAMINHO NA TRÍPLICE FRONTEIRA E A REDUÇÃO
POPULACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

FOZ DO IGUAÇU (PR)

2019

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

**A RELAÇÃO ENTRE A ATUAÇÃO DO ESTADO NO COMBATE AO
CONTRABANDO E AO DESCAMINHO NA TRÍPLICE FRONTEIRA E A REDUÇÃO
POPULACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU NO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Dissertação apresentada à Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Mestrado e Doutorado – Área de Concentração em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de Pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Martins.

FOZ DO IGUAÇU (PR)

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Dolzan, Rafael Rodrigues

A relação entre a atuação do Estado no combate ao contrabando e ao descaminho na Tríplice Fronteira e a redução populacional de Foz do Iguaçu no início do século XXI / Rafael Rodrigues Dolzan; orientador(a), Fernando Martins, 2019.

79 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Centro de Educação, Letras e Saúde, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2019.

1. Redução populacional. 2. Combate ao contrabando. 3. Tríplice Fronteira. I. Martins, Fernando. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Foz do Iguaçu - CNPJ 78.680.337/0004-27

Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 - Fone: (45) 3576-8100 - Fax: (45) 3575-2733

Pólo Universitário - CEP 85870-650 - Foz do Iguaçu - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

A RELAÇÃO ENTRE A ATUAÇÃO DO ESTADO NO COMBATE AO CONTRABANDO E AO DESCAMINHO NA TRÍPLICE FRONTEIRA E A REDUÇÃO POPULACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociedade, cultura e fronteiras, área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras, linha de pesquisa Trabalho, Política e Sociedade, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:


Orientador(a) - Fernando José Martins

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)


Lissandra Espinosa de Mello Aguirre

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)


Micael Alvino da Silva

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Foz do Iguaçu, 11 de setembro de 2019

Colegiado do Programa (Homologação)

Ata n° 010 de 23/10/2019.

Coordenador:


Prof. Dr. Oscar Kenji Nihei
Portaria n.º 1829/2019-GRE de 09.04.2019

Dedico este trabalho à minha esposa, Adriane, pelo apoio, incentivo e compreensão em todos os momentos, sendo a grande incentivadora das principais vitórias de minha vida.

Aos meus filhos, Gabriel e Samuel, por serem a inspiração e a motivação essencial para todas as minhas conquistas, inclusive a desta titulação.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Fernando Martins, pelo apoio, incentivo e orientação sábia e objetiva, trazendo esclarecimento e luz nos momentos mais difíceis de toda essa caminhada.

Aos colegas da Receita Federal do Brasil que contribuíram com o levantamento de dados necessários para a elaboração deste trabalho.

Aos professores, à coordenação do curso e aos colegas mestrandos e doutorandos que compartilharam as suas experiências, orientações e incentivos durante todo o curso.

DOLZAN, Rafael Rodrigues. **A relação entre a atuação do Estado no combate ao contrabando e ao descaminho na Tríplice Fronteira e a redução populacional de Foz do Iguaçu no início do século XXI**. 2019. 79 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

RESUMO

Conforme dados do IBGE, após constantes aumentos populacionais ao longo das últimas décadas, o Censo Demográfico de 2000 apurou que a população de Foz do Iguaçu era de 258.543 habitantes, a Contagem da População de 2007 acusou um aumento para 311.336 habitantes e o Censo Demográfico de 2010 apontou que a população do município naquele ano era de 256.008 habitantes, ou seja, ocorreu uma redução da população na primeira década do século XXI. Para entender este fenômeno que gera reflexos políticos, econômicos e sociais, inicialmente, foram analisadas as motivações dos movimentos migratórios conforme posicionamento de teóricos, estudos do IBGE e relatórios da ONU. Em seguida, com base em livros, dissertações de pesquisadores e publicações da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e da Itaipu Binacional, foi observada a história de Foz do Iguaçu e a evolução dos ciclos econômicos da Tríplice Fronteira. Também foram vistos e analisados os números do IBGE para população de Foz do Iguaçu, incluindo Censos Demográficos, Contagens de População e Estimativas Populacionais. Em complemento, foram estudados os números do IBGE das microrregiões dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul que fazem fronteira com o Paraguai para entender como foi a variação populacionais destas microrregiões em comparação com a microrregião de Foz do Iguaçu. Então, com base em dados obtidos junto à Receita Federal do Brasil e em matérias jornalísticas foi feito um levantamento dos investimentos e operações realizadas pelos órgãos de fiscalização e segurança pública na Tríplice Fronteira. Ao final deste estudo, o objetivo é responder se o combate ao contrabando e ao descaminho realizado na região pelo Estado brasileiro, capitaneado pela Receita Federal do Brasil, foi fator preponderante na redução populacional de Foz do Iguaçu entre os anos de 2000 e 2010.

Palavras-chave: Redução populacional. Combate ao contrabando. Tríplice Fronteira.

DOLZAN, Rafael Rodrigues. ***A relationship between the state's action against smuggling and illegal trafficking of the Triple Border and the population reduction of Foz do Iguaçu in the early 21st century.*** 2019. 79 f. Dissertation (Master in Society, Culture and Borders) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

According to IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) data, after constant population increases over the last decades, the 2000 Population Census found that the population of Foz do Iguaçu was 258,543 inhabitants. The 2007 Population Count increased to 311,336 and the 2010 Count pointed out that the population of the city that year was 256,008 inhabitants, that is, there was a reduction of the population in the first decade of the 21st century. To understand this phenomenon that generates political, economic, and social reflections, initially, the motivations of migratory movements were initially analyzed according to the position of theorists, IBGE studies, and UN reports. Then, based on books, dissertations by researchers, and publications by the City Hall of Foz do Iguaçu and Itaipu Binational Dam, the history of Foz do Iguaçu and the evolution of the Triple Border economic cycles were observed. IBGE numbers for the population of Foz do Iguaçu were also viewed and analyzed, including Demographic Census, Population Counts, and Population Estimates. In addition, IBGE numbers of the microregions of the states of Paraná and Mato Grosso do Sul, bordering Paraguay were studied to understand how the population variation of these microregions was compared to the Foz do Iguaçu microregion. Then, based on data obtained from the IRS and journalistic articles, a survey was made of the investments and operations carried out by the inspection and public security agencies in the Triple Border. At the end of this study, the objective is to answer whether the fight against smuggling and illegal trafficking carried out in the region by the Brazilian State, led by the IRS, was a major factor in the population reduction of Foz do Iguaçu between 2000 and 2010.

Keywords: *Population reduction. Smuggling control. Triple Border.*

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Ação de dissuasão a protesto na Ponte Internacional da Amizade em 12 de novembro de 2003	52
Fotografia 2 - Interdição da Ponte Internacional da Amizade em 19 de novembro de 2003	53
Fotografia 3 - Ônibus queimados por sacoleiros em 2004	55
Fotografia 4 - Comboio de ônibus saindo de Foz do Iguaçu pela BR-277 em 2003	57
Fotografia 5 - Pátio de veículos apreendidos da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu	59
Fotografia 6 - Notícia publicada em 28 de agosto de 2006 no jornal Gazeta do Paraná sobre atentado a servidores da Receita Federal do Brasil	60
Fotografia 7 - Ponte Internacional da Amizade em dia de intensa travessia de pessoas que usavam as pistas de rolamento para retornar ao Brasil	61
Fotografia 8 - Aduana da Ponte Internacional da Amizade antes e depois das obras realizadas entre 2006 e 2008	62
Fotografia 9 - Helicóptero da Receita Federal do Brasil utilizado em ações de combate ao contrabando na Tríplice Fronteira.....	64
Fotografia 10 - Cães de faro que compõem a equipe do Centro de Cães de Faro da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu.....	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Visitantes no Parque Nacional do Iguaçu de 1980 a 2010	29
Gráfico 2 - Total de meios de hospedagem em Foz do Iguaçu	30
Gráfico 3 - Importações e Exportações pelo Porto Seco de Foz do Iguaçu entre 2000 e 2010 em milhões de dólares	32
Gráfico 4 - População de Foz do Iguaçu em 2000, 2007 e 2010	34
Gráfico 5 - População de Foz do Iguaçu de 2000 a 2010	35
Gráfico 6 - População de Foz do Iguaçu de 2000 a 2010 por método de levantamento.....	36
Gráfico 7 - População de Foz do Iguaçu de 2000 a 2010 por método de levantamento ajustado	39
Gráfico 8 - Ônibus apreendidos pela Receita Federal em Foz do Iguaçu	56
Gráfico 9 - Veículos apreendidos pela Receita Federal em Foz do Iguaçu.....	58
Gráfico 10 - Número de registros de uso de cota de isenção de bagagem na aduana da Ponte Internacional da Amizade no Sistema de Controle de Bagagens (SCB)....	63
Gráfico 11 - Apreensões de mercadorias na região de Foz do Iguaçu em milhões de dólares	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Acréscimo de habitantes no município de Foz do Iguaçu em função dos ciclos econômicos	21
Quadro 2 – Microrregiões dos principais municípios entrepostos de mercadorias trazidas do Paraguai para o Brasil	41
Quadro 3 – População da microrregião de Foz do Iguaçu entre 1991 e 2010	42
Quadro 4 – Variação populacional da microrregião de Foz do Iguaçu de 1991 a 2010	42
Quadro 5 – População da microrregião de Toledo de 1991 a 2010	43
Quadro 6 – Variação populacional da microrregião de Toledo de 1991 a 2010.....	44
Quadro 7 – População da microrregião de Iguatemi de 1991 a 2010	45
Quadro 8 – Variação populacional da microrregião de Iguatemi de 1991 a 2010	45
Quadro 9 – População da microrregião de Dourados de 1991 a 2010	46
Quadro 10 – Variação populacional da microrregião de Dourados de 1991 a 2010	47
Quadro 11 – População das microrregiões estudadas de 1991 a 2010	47
Quadro 12 – Variação populacional das microrregiões estudadas de 1991 a 2010..	48
Quadro 13 - Grandes operações realizadas pela Receita Federal do Brasil entre 2000 e 2010	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 MIGRAÇÕES E ECONOMIA NA TRÍPLICE FRONTEIRA	17
1.1 Relação entre deslocamentos populacionais e economia.....	17
1.2 História e evolução da população de Foz do Iguaçu	22
2 REDUÇÃO POPULACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU ENTRE 2000 e 2010	34
2.1 Levantamentos populacionais em Foz do Iguaçu	34
2.2 Censo Demográfico, Estimativa Populacional e Contagem da População	37
2.3 Variações populacionais nas fronteiras com o Paraguai.....	40
3 COMBATE AO CONTRABANDO EM FOZ DO IGUAÇU.....	50
3.1 Grandes operações e ataque à logística do contrabando	50
3.2 Operação Fronteira Blindada e investimentos na fiscalização	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, os órgãos responsáveis pela fiscalização e enfrentamento dos crimes transnacionais intensificaram suas ações de combate ao contrabando¹ e ao descaminho² na Tríplice Fronteira³. No caso da Receita Federal do Brasil, esta intensificação pode ser observada não apenas devido ao aumento nas apreensões de mercadorias e no número de operações realizadas (Gralha Azul, Transporte Clandestino, Comboio Nacional, Cataratas e Fronteira Blindada) que serão vistas ao longo desta pesquisa, mas também em razão dos investimentos realizados nos últimos anos. Estes investimentos ficam evidentes com a construção de uma nova estrutura de aduana na Ponte Internacional da Amizade entre Brasil e Paraguai, de um Posto Fiscal para realização de operações em Medianeira/PR (a 50 km de distância da fronteira), de novos depósitos para armazenamento de mercadorias apreendidas, além da aquisição de helicópteros, *scanners* e cães de faro.

Durante a primeira década deste século, a diminuição populacional de Foz do Iguaçu foi, sem dúvida nenhuma, um dos fatos que mais despertou curiosidade. Fato este com evidentes reflexos políticos, econômicos e sociais. Segundo o Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população de Foz do Iguaçu era de 258.543 habitantes. Em 2007 o IBGE realizou uma Contagem da População e definiu que a população de Foz do Iguaçu era de 311.336 habitantes. Contudo, no Censo Demográfico de 2010 o número apurado foi de 256.008 habitantes. Ou seja, pelos números divulgados pelo IBGE, ocorreu uma redução populacional em Foz do Iguaçu entre os anos de 2000 e 2010. Com isso, alguns questionamentos surgiram: o que teria gerado essa diminuição no número de habitantes em Foz do Iguaçu? Se a internação irregular de mercadorias era tida por muitos como a base da economia informal da região, haveria uma relação de causa e efeito entre o combate ao contrabando e esta redução populacional? Seria o combate ao contrabando realizado pelo Estado brasileiro o fator preponderante para esta

¹ Conforme o Código Penal, em seu art. 334-A, contrabando é definido como “Importar ou exportar mercadoria proibida.”

² Conforme o Código Penal, em seu art. 334, descaminho é definido como “Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria.”

³ Em que pese haver diversas tríplexes fronteiras entre o Brasil e seus países vizinhos, neste trabalho será utilizada a nomenclatura “Tríplice Fronteira” para se referir especificamente a fronteira entre Brasil Paraguai e Argentina, entre os municípios de Foz do Iguaçu (Brasil), Cidade do Leste (Paraguai) e Porto Iguaçu (Argentina).

redução populacional ocorrida no início do século XXI em Foz do Iguaçu?

Em junho de 2006 ingressei na Receita Federal com Auditor-Fiscal e assumi minhas funções na Delegacia em Foz do Iguaçu. Como primeira missão fui colocado como chefe do setor de repressão aos crimes de contrabando e descaminho em zona secundária. Neste ponto, cabe esclarecer que zona secundária é todo território do país que não é zona primária. E, por sua vez, zona primária é todo local alfandegado de fronteira preparado para realização do controle aduaneiro. No caso de Foz do Iguaçu temos três pontos considerados zona primária: aduana da Ponte Internacional da Amizade (fronteira do Brasil com o Paraguai), aduana da Ponte Tancredo Neves (fronteira do Brasil com a Argentina) e o Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu (relativo aos voos internacionais que lá chegam ou de lá saem). Logo, a entrada ou saída de pessoas com mercadorias por locais que não sejam pontos alfandegados de zona primária é considerada irregular. Por exemplo, alguém que venha do Paraguai pelo rio Paraná ou pelo lago de Itaipu trazendo mercadorias estará cometendo o crime de contrabando (para mercadorias proibidas) ou o crime de descaminho (para mercadorias permitidas, mas que não tiveram a sua regularização tributária).

No final de 2006 assumi a chefia do Serviço de Controle Aduaneiro (SEANA) que era responsável pela organização não só das atividades de repressão ao contrabando e ao descaminho em zona secundária, mas também a controle e vigilância aduaneira em zona primária, além do controle do comércio formal realizado no Porto Seco de Foz do Iguaçu e na área de Controle Integrado em Cidade do Leste. Esta minha nova função possibilitou-me ter uma visão mais ampla do funcionamento da Receita Federal e das dinâmicas da região, até porque passei a acompanhar tanto o funcionamento do que era considerado ilegal ou crime como daquilo que era considerado legal.

Na metade de 2007 fui nomeado Delegado Adjunto da Receita Federal em Foz do Iguaçu e pude ampliar ainda mais a minha visão da atividade da instituição na região. Foram incluídas na minha responsabilidade atividades de relacionamento interinstitucional, possibilitando entender o papel de cada instituição pública neste contexto e como o trabalho destas diferentes instituições se relacionavam e se complementavam. Neste ponto pude entender como o Estado se organizou neste período com o intuito de combater os crimes na região, buscando uma integração cada vez maior entre as instituições, o que possibilitou ações mais efetivas e que enfraqueceram o modelo de internação irregular de mercadorias, armas e

entorpecentes utilizado nesta fronteira.

No final de 2010 fui nomeado Delegado da Receita Federal em Foz do Iguaçu, cargo que ocupei por oito anos. Durante todo o período que atuei na Tríplice Fronteira, desde o meu ingresso na instituição em junho de 2006 até os dias de hoje, tive contatos diários com colegas que participaram de todo este processo de fortalecimento das ações do Estado no combate aos crimes de contrabando e descaminho. Colegas que chegaram a Foz Iguaçu no final da década de 1980 e início da década de 1990 e acompanharam boa parte da recente história da Receita Federal do Brasil na região. Com certeza estas informações e depoimentos foram fundamentais na construção desta pesquisa.

Retomando a última pergunta feita em relação ao problema desta pesquisa, seria o combate ao contrabando realizado pelo Estado brasileiro o fator preponderante para esta redução populacional ocorrida no início do século XXI em Foz do Iguaçu? Assim, com o objetivo de analisar como o enfrentamento aos crimes de contrabando e descaminho impactou na demografia de Foz do Iguaçu/PR, este trabalho foi dividido em três capítulos que abordarão pontos chaves para a compreensão deste processo de deslocamento populacional ocorrido na Tríplice Fronteira.

Antes de qualquer coisa é importante que seja buscado um entendimento mais robusto sobre deslocamentos migratórios. Logo, no primeiro capítulo, com base em exemplos práticos, posicionamento de teóricos, relatórios de agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e dados do IBGE serão estudados os deslocamentos migratórios, o que os motiva e de que forma eles costumam ocorrer. Afinal, entender o que motiva as pessoas a deixarem uma região e buscarem outra é essencial para responder as questões levantadas por este trabalho. Em seguida, com o intuito de estudar as migrações mais relevantes para esta pesquisa, será estabelecida a relação entre os movimentos migratórios espontâneos e a economia. Afinal, como será visto no trabalho, grande parte das migrações são motivadas por questões econômicas, ou seja, pela subsistência, pelo sustento da família e, conseqüentemente, pela busca por trabalho e renda. Após isto, com base em uma revisão bibliográfica detalhada de trabalhos e livros que tratam da Tríplice Fronteira e da sua história, comparada com informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e à Itaipu Binacional, será feito um estudo da história de Foz do Iguaçu, analisando a influência de cada momento econômico vivido na região em relação a variação populacional do município.

Evidentemente, os dados que estimularam a realização deste estudo referem-se à redução do número de habitantes de Foz do Iguaçu. Assim, no segundo capítulo, o objetivo será o estudo da redução populacional de Foz do Iguaçu no início do século XXI propriamente dita. Para isso, além dos números populacionais apresentados pelo IBGE, para cada ano de levantamento serão estudadas as metodologias aplicadas: Censo Demográfico, Estimativa Populacional e Contagem da População. Afinal, cada método deste tem sua aplicação, suas vantagens e suas desvantagens, trazendo elementos importantes para a compreensão dos números divulgados pelo IBGE. Assim, a partir destas informações serão avaliadas as possíveis interpretações para estes números e se há, eventualmente, alguma imprecisão. Além disso, com o intuito de enriquecer as informações que permitirão compreender este processo, serão feitos o levantamento e a análise das variações populacionais dos municípios que compõem as microrregiões que fazem fronteira com o Paraguai (Foz do Iguaçu, Toledo, Iguatemi e Dourados), possibilitando compreender se houve alguma mudança na dinâmica demográfica das fronteiras.

Outro ponto fundamental a ser analisado é a atuação do Estado no combate ao contrabando e ao descaminho no início do século XXI na região. Com este objetivo, no terceiro capítulo, serão trazidas em detalhes as ações da Receita Federal do Brasil, como representante do Estado na implementação de políticas de combate ao contrabando e ao descaminho na Tríplice Fronteira. Para isso, foi realizado uma coleta cronológica de informações em periódicos, jornais diários e seus respectivos portais de notícias (Estadão/Estado de São Paulo, Estradas, Folha de Londrina, Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo), trazendo detalhes das operações, apreensões, confrontos e outras situações ocorridas entre os anos 2000 e 2010. Outra fonte utilizada foi a própria Receita Federal do Brasil que forneceu muitas informações que possibilitaram entender um pouco melhor este período. Também serão abordadas as alterações legislativas que deram aos órgãos de fiscalização e de segurança pública ferramentas mais adequadas para realizar suas atividades com mais eficiência. Além disso, serão apresentados os importantes investimentos realizados pelo Estado com o intuito de fortalecer a repressão ao comércio ilegal na região de Foz do Iguaçu.

Finalmente, serão feitas as considerações finais, reunindo as informações coletadas ao longo desta pesquisa em ordem cronológica e seguindo um raciocínio lógico, possibilitando que o problema da pesquisa seja efetivamente respondido.

1 MIGRAÇÕES E ECONOMIA NA TRÍPLICE FRONTEIRA

1.1 Relação entre deslocamentos populacionais e economia

Os motivos que levam à redução ou ao aumento da população de uma região são os mais variados possíveis. As disputas étnicas, os conflitos armados internos e as guerras entre países são algumas das razões que levam as pessoas a deixarem um país e buscarem regiões mais pacíficas e seguras para suas famílias.

Um exemplo desta migração forçada é o que se tem visto na Síria nos últimos anos. A Organização das Nações Unidas estima que mais de 5,6 milhões de pessoas foram forçadas a fugir da Síria de 15 de março de 2011, quando iniciou o conflito, até abril de 2018. Estas pessoas buscam segurança, principalmente, no Líbano, na Turquia e na Jordânia, mas existem refugiados⁴ sírios espalhados pelo mundo todo. (ACNUR, 2018b)

Além disso, já são mais de 6,6 milhões de pessoas deslocadas dentro da Síria, ou seja, migrações internas forçadas. Se somarmos os refugiados (externos) com os deslocados (internos) são em torno de 12,2 milhões de pessoas. Antes do conflito iniciar naquele país, a população era de aproximadamente 23 milhões de pessoas, logo, pode-se afirmar que mais da metade da população da Síria teve que sair de suas casas em razão da guerra. (O GLOBO, 2017)

Levando esta análise para patamares globais, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no relatório anual *Global Trends 2017*, informa que, no final daquele ano, haviam 68,5 milhões de pessoas consideradas como deslocadas contra a sua vontade em razão de guerras e conflitos ao redor do mundo. Deste total, 25,4 milhões são pessoas que deixaram seu país, enquanto que os outros 43,1 milhões são pessoas que se deslocaram dentro de seu próprio país. (ACNUR, 2018a)

O ACNUR não usa a palavra migrante para descrever pessoas que são forçadas a fugir de suas residências. Para o ACNUR, refugiado é aquele que deixou

⁴ Refugiado: uma pessoa que fugiu de seu país e precisa de “proteção internacional” por causa do risco de violência ou perseguição caso voltasse para casa. Isso inclui pessoas que fogem de guerras. O termo tem suas raízes em instrumentos legais internacionais, notadamente a Convenção de Refugiados de 1951, o Protocolo de 1967 e a Convenção de 1969 da Organização da União Africana (OUA). Uma pessoa pode obter o status de refugiado solicitando-o individualmente ou em casos de grande afluência, recebendo-o “*prima facie*”. Os refugiados não podem ser retornados ao seu país de origem, a não ser exclusivamente de forma voluntária. (ACNUR, 2018a)

o seu país contra a sua vontade, ou seja, trata-se de um deslocamento forçado. Por outro lado, migrante é aquele que se deslocou espontaneamente para outro país. Em geral, o deslocamento realizado pelos migrantes tem motivações econômicas, ou seja, as pessoas deslocam-se buscando oportunidades de emprego e melhoria de renda.

Segundo o Relatório de Migração internacional 2017, publicado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, até o final de 2017 estimava-se que 258 milhões de pessoas viviam em um país diferente do seu nascimento, representando um aumento de 49% em relação aos números apurados em 2000. (UNRIC, 2017)

Ao subtrair o total de pessoas que mudaram de país (258 milhões) dos refugiados que tiveram que deixar o seu país (25,4 milhões), chega-se ao número de 232,6 milhões de migrantes que, em sua maioria, deslocaram-se motivadas pelo desejo de buscar uma renda maior e melhores condições de vida. Contudo, cabe esclarecer que estes são somente os migrantes que se deslocaram de um país para outro.

Para se ter uma ideia do volume de pessoas que migram dentro de um país, pode-se analisar um tipo de migração baseada em aspectos econômicos que ocorre desde a metade do século XX no Brasil, conhecida como êxodo rural. De 1950 até 2010, segundo levantamentos do IBGE, foram quase 52 milhões de habitantes que migraram do campo para as cidades brasileiras. Este número engloba apenas uma parte das migrações internas, desconsiderando por exemplo as migrações de um centro urbano para outro. Projetando esta situação para outros países que passaram por processo de industrialização, pode-se imaginar o grande número de migrantes que saíram do campo e buscaram as cidades.

O êxodo rural é motivado pelas dificuldades e pela renda reduzida no campo em comparação com as oportunidades de emprego e a esperança de uma vida mais confortável nas cidades. Contudo, geralmente, as expectativas não se concretizam, afinal, muitos dos migrantes rurais acabam vivendo nas favelas das grandes cidades em condições piores do que aquelas vividas no campo. Além disso, cabe mencionar que esta migração foi menor na última década em razão da concentração da produção e das políticas de transferência de renda na agricultura familiar. (ALVES; SOUZA; MARRA, 2011, p.80)

Logo, é possível estabelecer uma relação direta entre a migração e o processo de industrialização. Para compreender esta questão teremos que recorrer aos teóricos

que buscaram explicar a migração desde o início do processo de industrialização.

Para Thomas Malthus a migração era uma consequência natural da superpopulação do velho continente, sendo que a América surgia como uma oportunidade para que as pessoas escapassem da pobreza e da miséria causadas por essa superpopulação. Com entendimento diferente, Karl Marx acreditava que a migração era uma consequência das reduções salariais impostas aos trabalhadores pelos empreendedores capitalistas com o intuito de maximizar os lucros. Já para Émile Durkheim a migração era claramente um mecanismo de quebra das comunidades tradicionais, estimulando a transição dos grupos unidos pela solidariedade mecânica para o novo modelo baseado na solidariedade orgânica, com consequências patológicas que iam desde crimes, suicídios e conflitos nos grupos sociais. Em que pese Max Weber não ter dado ênfase a questão migratória em seus estudos, ele concordava em um ponto com os autores vistos: a migração era uma consequência do desenvolvimento do capitalismo. (RICHMOND, 1988)

Obviamente os movimentos migratórios internos de um país, mesmo que em razão do desenvolvimento do capitalismo, não estão restritos ao processo de industrialização, podendo ter os mais variados motivos e dinâmicas muito específicas.

Assim, com o intuito de ampliarmos a compreensão dos diferentes tipos de movimentos migratórios e suas motivações, será observado um exemplo diferente de deslocamento migratório. Este deslocamento populacional ocorreu em razão do garimpo que começou a ser explorado na cidade que hoje é chamada de Curionópolis no estado do Pará, nome dado em homenagem a Sebastião Rodrigues de Moura, o major Curió, que foi militar integrante das forças que combateram a Guerrilha do Araguaia na Amazônia, era líder do garimpo durante o período de seu funcionamento e posteriormente tornou-se político. A região, que também ficou conhecida como Serra Pelada, foi explorada de forma desordenada de 1980 a 1992, sendo que o seu auge ocorreu de 1982 a 1986 quando mais de 100 mil pessoas disputavam espaço em busca de ouro. Em 1992 o Governo proibiu a exploração de ouro na região e pagou uma indenização a empresa Vale que detinha os direitos de exploração. A empresa voltou a explorar a mina em 2002 de forma mecanizada. Com a impossibilidade da exploração pelos garimpeiros, a motivação para este grupo de pessoas permanecer naquele local deixou de existir, tanto que, em 2016, a população do município era de 18 mil habitantes, muito menor que os 100 mil que exploravam Serra Pelada em seus tempos áureos. (SUPER INTERESSANTE, 2016)

Tanto o êxodo rural como a corrida do ouro a Serra Pelada são movimentos migratórios com motivação econômica e, conseqüentemente, estão associados a ciclos econômicos. No caso do êxodo rural, há uma relação com o processo de industrialização das cidades e a mecanização do campo. Ou seja, por um lado há necessidade de mão de obra nas cidades e por outro há diminuição dessa necessidade no campo. Na situação do garimpo, a esperança de enriquecimento rápido foi a razão pela qual os garimpeiros migraram para a região de Serra Pelada.

Outro aspecto interessante na comparação entre os dois exemplos é que no caso do êxodo rural trata-se de uma migração em caráter permanente, ou seja, a intenção do migrante é mudar-se em definitivo, levando sempre que possível a sua família para o novo destino. Já o deslocamento visto no garimpo de Serra Pelada foi uma migração em caráter temporário, no qual o migrante vai para buscar riquezas com a intenção de, após um período determinado, retornar para sua localidade de origem. Neste caso da migração em caráter temporário, o migrante desloca-se sozinho, enquanto a família continua na cidade de origem.

O êxodo rural é um processo mais longo e está associado a uma série de ciclos econômicos sobrepostos e típicos da urbanização. As cidades passaram a concentrar mais e mais pessoas, estas pessoas consomem produtos e serviços. A mão de obra vai sendo reutilizada e realocada a cada novo ciclo. Como o deslocamento de pessoas para as cidades é maior que a necessidade de mão de obra, os salários diminuem, o número de desempregados aumenta, as pessoas acabam sobrevivendo com atividades informais e a renda diminui. Neste contexto ocorre a favelização das grandes cidades, pois a renda das pessoas não permite comprar ou mesmo locar moradias dignas, logo, ocorrem as invasões e as ocupações. Além disso, o Estado não é capaz de atender outras necessidades básicas das pessoas, como saúde, educação e segurança pública.

Esta situação também ocorre nos ciclos econômicos temporários, como é o caso do garimpo de Serra Pelada. Contudo, neste caso, uma bolha populacional é gerada de maneira acelerada, sendo que os problemas sociais também aparecem mais rapidamente, demonstrando a impossibilidade de a infraestrutura do local atender as demandas deste novo grupo populacional. Em alguns casos o ciclo econômico pode ser renovado, sobreposto ou substituído, como veremos mais adiante no ciclo gerado pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Contudo, no caso de Serra Pelada não houveram alternativas econômicas ao garimpo, ou seja,

nenhum novo ciclo econômico foi criado para ocupar a mão de obra ociosa após o fechamento da mina. Assim, a única solução para este grupo de pessoas foi realizar um novo deslocamento migratório de saída da região de Serra Pelada retornando para suas origens ou em busca de novas oportunidades.

Estas observações permitem concluir que há uma relação direta entre as migrações e os ciclos econômicos. A expansão ou a maturidade de um ciclo econômico pode atrair ou manter um grupo populacional em uma região. Assim como, o declínio ou o fim de um ciclo econômico pode estimular um deslocamento populacional de saída em busca de oportunidades em outras regiões.

Explorando um pouco mais estes conceitos que têm relação com as fases de um ciclo econômico, o ciclo padrão inicia com uma fase de expansão, atinge a sua maturidade, passa pelo declínio e chega a uma fase chamada de depressão que pode levar ao seu fim. Em alguns casos o ciclo econômico é revitalizado e ele passa da fase de depressão para a expansão e volta a crescer.

O tempo de um ciclo econômico é muito variável, podendo levar poucos meses ou até mesmo décadas. Além disso, é natural a sobreposição de ciclos econômicos, afinal a economia de uma região, exceto em casos de economias focadas em apenas um produto ou serviço, tende a explorar diversos produtos e serviços, dependendo da disponibilidade de recursos naturais, características da região, história e pessoas.

O quadro a seguir, elaborado pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, traz os ciclos econômicos que teriam gerado acréscimos populacionais em determinados períodos de tempo:

Quadro 1 – Acréscimo de habitantes no município de Foz do Iguaçu em função dos ciclos econômicos

Período	Ciclo econômico	Acréscimo populacional
1870 a 1970	Extração de madeira e cultivo de erva mate	33.966
1970 a 1980	Construção da Usina de Itaipu	102.355
1980 a 1995	Exportação e turismo de compras	74.861
1995 a 2008	Comércio, turismo de compras e eventos	108.007

Fonte: Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI, 2019b).

Neste ponto do estudo cabe uma importante observação. O quadro, da forma

como foi apresentado, pode levar a uma interpretação errada de que nos períodos de tempo relacionados, a economia da região se resumiria ao ciclo econômico mencionado, logo, o acréscimo populacional estaria associado apenas aquelas atividades econômicas descritas no referido ciclo. Possivelmente os ciclos elencados tenham sido preponderantes em cada um dos períodos, contudo, há influência de outros ciclos não mencionados no acréscimo populacional da região. No próximo tópico deste trabalho, ao abordarmos a história de Foz do Iguaçu, essa sobreposição dos ciclos econômicos ficará mais clara.

Feitas estas observações e com o intuito de analisar as relações entre períodos históricos, ciclos econômicos e o acréscimo populacional, na sequência será feita uma revisão cronológica e histórica da região de Foz do Iguaçu vista sob o ponto de vista econômico e demográfico.

1.2 História e evolução da população de Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu é um município situado na região sul do Brasil, no extremo oeste do estado do Paraná. Tem como limites territoriais ao norte o município de Itaipulândia, ao sul a Argentina, a leste os municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu e a oeste o Paraguai. A área territorial do município é de 617,71 km², sendo 191,46 km² de área urbana, 138,17 km² de área rural, 138,60 km² do Parque Nacional do Iguaçu, 149,10 km² de área do Lago artificial de Itaipu e 0,38 km² da ilha Acaray. (PMFI, 2019c)

O município faz parte da região chamada de Tríplice Fronteira que reúne, além de Foz do Iguaçu no Brasil, os municípios de Porto Iguaçu na Argentina e de Cidade do Leste no Paraguai. Atualmente, apesar de existirem fronteiras físicas entre os três países, o rio Paraná entre Brasil e Paraguai e o rio Iguaçu entre Brasil e Argentina, as fronteiras são permeáveis e marcadas pela constante circulação de moradores entre os três países, buscando oportunidades de trabalho, entretenimento, saúde e as conveniências que o país vizinho pode oferecer.

Neste caso, claramente as fronteiras política e econômica não coincidem com a social e a cotidiana. Contudo, as fronteiras econômica e política são formatadas durante o processo de expansão do capital associado aos interesses do Estado (Mészáros, 2002).

Além de ser uma fronteira marcante, Foz do Iguaçu é conhecida mundialmente por duas obras incomparáveis e grandiosas com enorme apelo turístico. De um lado uma obra da natureza conhecida e admirada por públicos do mundo inteiro, as Cataratas do Iguaçu, representando a preservação. De outro lado uma obra construída pelo homem, demonstrando toda a sua capacidade de engenharia e de realização, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, representando o progresso.

Além disso, a região corriqueiramente é lembrada pelas acusações da imprensa norte-americana de apoio ao terrorismo internacional e por ser uma importante rota do narcotráfico e do tráfico de armas. Neste viés negativo, a Tríplice Fronteira também aparece por problemas cambiais, fiscais, circulação de mercadorias ilegais e lavagem de dinheiro (NAÍM, 2006).

Mas a história na região de Foz do Iguaçu tem seus primeiros registros muito antes da exploração turística das Cataratas do Iguaçu, da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, da suposta relação com o terrorismo ou do estabelecimento dos grupos envolvidos com os crimes transnacionais.

Os primeiros indícios da presença do homem na região foram descobertos através de pesquisas arqueológicas realizadas pela Universidade Federal do Paraná na área que hoje é ocupada pelo Lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Nestas pesquisas foram encontrados vestígios de presença humana que datam de 6.000 a.C., demonstrando que a região é ocupada por grupos humanos há muito tempo. Mais recentemente a região era ocupada por grupamentos indígenas antes de receber os colonizadores portugueses e espanhóis. (PMFI, 2019a)

As Cataratas do Iguaçu, ponto emblemático da região, foram avistadas por povos europeus pela primeira vez em 1542, quando o espanhol Álvar Nuñez Cabeza de Vaca chegou as quedas do rio Iguaçu guiado por índios Caingangues. Neste período a região era habitada por tribos indígenas nômades que viviam da caça, pesca e exploração de recursos naturais. (PMFI, 2019a)

A região era simplesmente conhecida como Iguassu, na grafia antiga, que significa grande quantidade de água, não designando uma cidade ou país específico, mas sim uma nomenclatura geral usada para se referir ao local como um todo. Nesta região passavam espanhóis, indígenas, paraguaios, argentinos e, desde o final da década de 1880, também brasileiros. (SILVA, 2014, p.20)

No século XIX a região passou a ser explorada por empresas argentinas e paraguaias que realizavam o corte de madeira e a extração de erva-mate. Estas

empresas faziam uso da Bacia do Prata para transportar estes bens para os mercados consumidores. Esse fato preocupou brasileiros, pois esta exploração não respeitava fronteiras. Logo, percebeu-se a necessidade de colonizar e ocupar a região, sob pena de perder as suas riquezas. (Roseira, 2006)

Neste período os *obrageiros*, como ficaram conhecidos os argentinos proprietários de uma *obrage*, eram os principais exploradores da erva-mate e da madeira na região. As *obrages* eram empresas privadas que possuíam concessão de terras junto ao governo do estado do Paraná. Como contrapartida pela concessão, os *obrageiros* deveriam construir obras de infraestrutura como linhas férreas, estradas, entre outras, mas na prática apenas retiravam a madeira e erva-mate, por vezes de áreas maiores que as concedidas, e as levavam para Argentina. (SILVA, 2014, p.27)

Esta época ficou marcada pelo início do primeiro ciclo econômico conhecido da região, gerando movimentações de brasileiros para a Tríplice Fronteira e ações governamentais no sentido de acelerar a ocupação. As Cataratas do Iguaçu já eram conhecidas e geravam uma preocupação das autoridades brasileiras no sentido de garantir essa importante riqueza turística para o país. Mas, sem dúvida, a exploração econômica da madeira e da erva-mate por estrangeiros gerou o estímulo que faltava para os brasileiros ocuparem a Tríplice Fronteira.

Os dois primeiros habitantes, o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles, chegaram a Foz do Iguaçu em 1881. Em seguida chegaram os irmãos Goycochéa que iniciaram a exploração da erva-mate. Oito anos mais tarde, em 22 de novembro de 1889, exatamente uma semana após a Proclamação da República do Brasil, o Tenente Antonio Batista da Costa Júnior e o Sargento José Maria de Brito fundaram a Colônia Militar onde hoje é Foz do Iguaçu. O objetivo dos militares era ocupar a área e distribuir terrenos aos colonos que tivessem interesse em fixar-se na região. (PMFI, 2019a)

O estabelecimento da Colônia Militar foi a primeira de uma série de decisões políticas em âmbito nacional, incluindo construção de estradas, pontes, usina hidrelétrica e mais recentemente universidade, que transformaram a região do Iguassu na região da Tríplice Fronteira. (SILVA, 2014, p.41)

Com o interesse gerado pelo potencial econômico da região e a disponibilidade de terras que estavam sendo distribuídas, muitas pessoas foram atraídas para região, fazendo com que, no início do século XX, a população de Foz do Iguaçu chegasse a aproximadamente 2.000 pessoas. O vilarejo dispunha de uma

boa infraestrutura para época, contando com uma hospedaria, quatro mercearias, quartel militar, mesa de rendas, estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e agricultura de subsistência. (PMFI, 2019a)

Em 1910 a Colônia Militar passou a condição de distrito do município de Guarapuava, município paranaense situado no centro do estado, e foi denominada de Vila Iguassu. Finalmente, conforme a Lei 1.383, de 14 de março de 1914, foi criado o município de Vila Iguaçu. (PMFI, 2019a)

Posteriormente, em 1918, com a constituição do governo municipal e da câmara de vereadores, como o rio Iguaçu desaguava no rio Paraná formando a foz do rio Iguaçu, foi decidido que o município receberia a denominação de Foz do Iguaçu.

A estrada que liga Foz do Iguaçu a Curitiba foi concebida, ainda cheia de obstáculos e muito precária, em 1920. Na segunda metade da década de 1950 foi iniciado o asfaltamento dessa rodovia que ligava Paranaguá a Foz do Iguaçu. Após uma década e meia, a obra foi entregue e inaugurada em 1969. (PMFI, 2019a)

Essa ligação do leste ao oeste do estado do Paraná foi fundamental para futuros ciclos econômicos da região. Ela serviu para alavancar o comércio de produtos manufaturados indo e, algumas décadas depois, vindo do Paraguai. Também serviu como meio de escoamento da produção agrícola do Paraguai e do norte da Argentina, além de estimular o turismo, um dos setores mais pujantes da Tríplice Fronteira.

Em relação ao turismo, provavelmente em 1916 ocorreu um dos fatos mais marcantes e que possibilitaram, décadas depois, o desenvolvimento do ciclo econômico do turismo. Neste ano, Alberto Santos Dumont conheceu as cataratas do Iguaçu e ficou impressionado com a grandeza e a beleza das quedas. Contudo, ao saber que se tratava de propriedade privada, do uruguaio Jesus Val, Santos Dumont intercedeu junto ao Presidente do estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, solicitando que a área fosse desapropriada e tornada patrimônio público. O apelo surtiu efeito e a área foi declarada, no mesmo ano, como de utilidade pública. Em 1939 foi criado o Parque Nacional do Iguaçu, possibilitando a preservação da área e futura exploração turística sustentável. (PMFI, 2019a)

Em 1965 foi inaugurada a Ponte Internacional da Amizade ligando o Brasil ao Paraguai. Esta obra, somada ao asfaltamento da BR-277, inaugurado em 1969, cortando o estado do Paraná de leste a oeste, acelerou consideravelmente o desenvolvimento de Foz do Iguaçu. O comércio foi intensificado com a cidade paraguaia de Porto Presidente Stroessner, que posteriormente, com o fim do governo

militar naquele país, teve seu nome alterado para Ciudad del Este. (PMFI, 2019a)

Além disso, a realização destas duas obras, BR-277 e Ponte Internacional da Amizade, permitiu atender a antiga demanda do Paraguai de ter um acesso ao mar. (SILVA, 2014, p.59)

Apesar da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu definir o período de 1870 a 1970 como sendo o ciclo econômico da extração da madeira e cultivo da erva mate, é importante destacar que o período dos anos 1960 e 1970 foram marcados pela retomada do comércio entre Brasil e Paraguai. Se antes dos anos 1960 as relações comerciais eram quase nulas, restritas ao comércio fronteiro de subsistência, cresceram consideravelmente após a aproximação dos governos militares do Brasil com o governo do General Alfredo Stroessner no Paraguai.

Na década de 1970, a exportação paraguaia para o Brasil era pesadamente concentrada em algodão, menta, madeira, soja, e alguma carne. Enquanto que a exportação brasileira para o Paraguai era principalmente de produtos manufaturados, como caminhões, automóveis, ônibus, geladeiras, televisores, pneus, gasolina, cerveja, papel de toda espécie, tecidos, sapatos, detergentes, produtos de aço, ar condicionado, algumas máquinas de calcular, tratores, eletrodomésticos em geral, bicicletas, armas, munição, móveis, equipamentos médicos, aviões, produtos plásticos em geral, cimento, comida industrializada e outros produtos. (MENEZES, 1987, p.20)

Além do acordo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, este período foi marcado por uma série de acordos bilaterais entre Brasil e Paraguai. Este processo iniciou após a Guerra do Chaco (1932-1935) e foi qualificado no governo do General Alfredo Stroessner com a percepção de que o Paraguai deveria buscar uma neutralidade na rivalidade Brasil e Argentina, saindo da postura até então de satélite da Argentina para uma postura pendular entre os dois países. Na década de 1960 havia um equilíbrio entre Brasil e Argentina, sendo que na década de 1970 ocorreu uma preponderância do Brasil no poder regional. Esse poder tem relação com a modernização promovida pelos governos militares, além de uma aproximação comercial com os países de menor desenvolvimento relativo, como Uruguai, Bolívia e Paraguai. Neste período foi assinada entre Brasil e Paraguai a Ata das Cataratas em 1966, possibilitando um desfecho para a crise da demarcação das fronteiras. Esta ata iniciou a cooperação bilateral para uso de recursos hídricos e redundou na assinatura

em 1973 do Tratado de Itaipu⁵. Além disso, outros acordos nas áreas comerciais, de transporte, educação e cultura foram assinados nos anos seguintes. (SOUTO, 2013, p.7-8)

Assim, pode-se afirmar que esta retomada comercial entre Brasil e Paraguai contou com um conjunto de fatores relevantes e favoráveis, como a aproximação diplomática entre Brasil e Paraguai, a construção da Ponte Internacional da Amizade, a assinatura de diversos tratados (comerciais, de transportes, educação e cultura), a assinatura do Tratado de Itaipu que resolveu problemas energéticos e de definição das fronteiras, além do asfaltamento da BR-277 ligando Foz do Iguaçu ao porto de Paranaguá que além de levar produtos brasileiros e estrangeiros para o Paraguai, também permitia a chegada de produtos paraguaios ao mercado interno do Brasil e ao mundo através dos portos de Paranaguá e Santos.

Esse bom relacionamento entre Brasil e Paraguai possibilitou a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Em 1973 foi escolhido o local onde seria construída a Usina. Depois de muitas verificações e análises, os engenheiros encontraram o ponto ideal no qual o leito do rio Paraná formava um cânion e por isso tinha um excepcional potencial energético. Como neste local ficava uma pequena ilha que era chamada de Itaipu ou “pedra que canta” em tupi-guarani, mais tarde a Usina recebeu este nome. A empresa Itaipu Binacional foi criada em 17 de maio de 1974 e no segundo semestre daquele mesmo ano foi estruturado o acampamento pioneiro, com escritórios, almoxarifado, refeitório, alojamento e posto de combustíveis. Entre 1975 e 1978 foram construídas mais de 9 mil moradias nas duas margens para abrigar os trabalhadores que atuavam na obra. A concretagem realizada entre 1978 e 1981 era a fase que exigia mais trabalhadores, chegando a ter 40 mil operários trabalhando no canteiro de obras. Finalmente, depois de anos de muito trabalho, em 5 de novembro de 1982, os presidentes do Brasil, João Figueiredo, e do Paraguai, Alfredo Stroessner, acionaram o mecanismo que levanta automaticamente as 14 comportas do vertedouro, liberando as águas do rio Paraná. Assim, após 50 mil horas de trabalho foi inaugurada a maior hidrelétrica do mundo. (ITAIPU BINACIONAL, 2014)

Durante a execução da obra da Usina Hidrelétrica de Itaipu houve uma grande

⁵ O Tratado de Itaipu é uma medida quase paradigmática do modelo desenvolvimentista. Tratava-se de criar um empreendimento conjunto que, ao mesmo tempo em que resolvia uma pendência histórica, buscava solucionar a demanda nacional por energia, vital num período de crescimento acelerado. Foi um empreendimento estatal por excelência que ocorreu praticamente sem nenhum debate na sociedade, o que, mesmo considerando o período ditatorial, suscitou críticas. (SOUTO, 2013, p.11)

necessidade de mão de obra que coincidiu com êxodo rural que acontecia no Brasil, processo já mencionado anteriormente, fazendo com que, além dos profissionais que vieram para participar da obra, um grande número de pessoas sem profissão ingressasse nas mais variadas frentes de trabalho. (SILVA, 2014, p.69)

Este período de construção de Itaipu é definido pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu como sendo o segundo ciclo econômico do município. Segundo a Prefeitura Municipal, em 10 anos (1970 a 1980) houve um acréscimo de 102.355 habitantes no município. Não há dúvida de que este período foi de fato marcado pela vinda dos trabalhadores para construção da Usina de Itaipu. Em complemento, é importante mencionar que havia todo um contingente de pessoas que também vieram para região buscando oportunidades deste mercado consumidor que se abria. Se no auge da construção a Itaipu chegou a contar com 40 mil trabalhadores, estes operários possuíam as mais diversas necessidades de consumo. Logo, muitas pessoas vieram para abrir comércios e prestar serviços para este público que se formou.

Contudo, vale uma ressalva para os números mencionados pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. Em que pese este aumento populacional ter sido capitaneado pelos trabalhadores que vinham para construção da Usina de Itaipu, como já relatado anteriormente, o comércio com o Paraguai ganhou força desde a década de 1960, atraindo também uma parte deste contingente.

Outro ponto interessante a ser observado é o fato de que entre os anos de 1970 e 1980, os herdeiros do sistema de *obrages*, que explorava a erva-mate e a madeira, e os integrantes da sociedade construída em torno da Vila Militar, naquilo que hoje é o centro e bairros próximos ao centro, tiveram que se adaptar aos recém-chegados que eram em maior número. (SILVA, 2014, p.71)

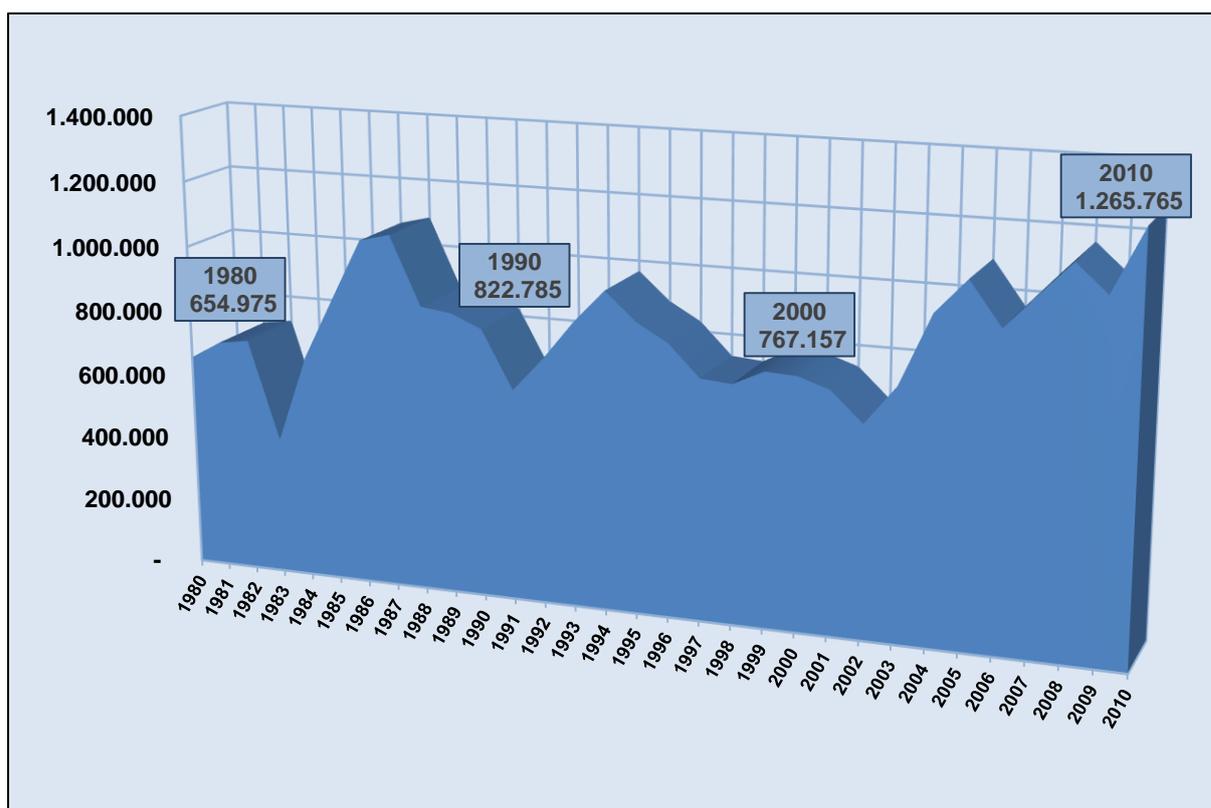
Para se ter uma ideia do cenário criado com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e os deslocamentos populacionais ocorridos em direção a Tríplice Fronteira para atender as demandas de mão de obra e oportunidades criadas, Luiz Eduardo Catta faz um retrato das consequências das transformações ocorridas na região naquele período:

As principais consequências dessas transformações foram: uma massa heterogênea vinda de todas as partes do Brasil e dos países vizinhos que passou a sobreviver, quando não absorvido pela economia local, de trabalhos informais ou de sub-empregos, sem a perspectiva de ver concretizado o sonho de enriquecimento ou independência financeira que os levou para aquelas paragens; a criminalização da atuação desse segmento da população pelas elites, com a anuência do Poder Público e com o devido controle e repressão pelas polícias que ali atuavam; um favelamento

acelerado nas áreas periféricas da cidade e um vertiginoso aumento da especulação imobiliária; desorganização das áreas centrais com um trânsito caótico, acidentes constantes, formação de comércio paralelo de produtos diversificados nas principais ruas da cidade; alto índice de criminalidade (assaltos, arrombamentos, homicídios, furto de automóveis que eram levados para desmanche ou comercializados no Paraguai) e narcotráfico. (CATTÁ, 1995, p.21)

Além disso, desde a criação do Parque Nacional do Iguaçu em 1939, a região é cada vez mais procurada por turistas do mundo todo. Apesar de haver visitação nas décadas anteriores, o registro do número de visitantes passou a ser realizado apenas a partir de 1980, apresentando um crescimento considerável desde então. Logo, parte desse contingente deslocado na década de 1970 para região também veio para atender ao ciclo econômico do turismo.

Gráfico 1 – Visitantes no Parque Nacional do Iguaçu de 1980 a 2010

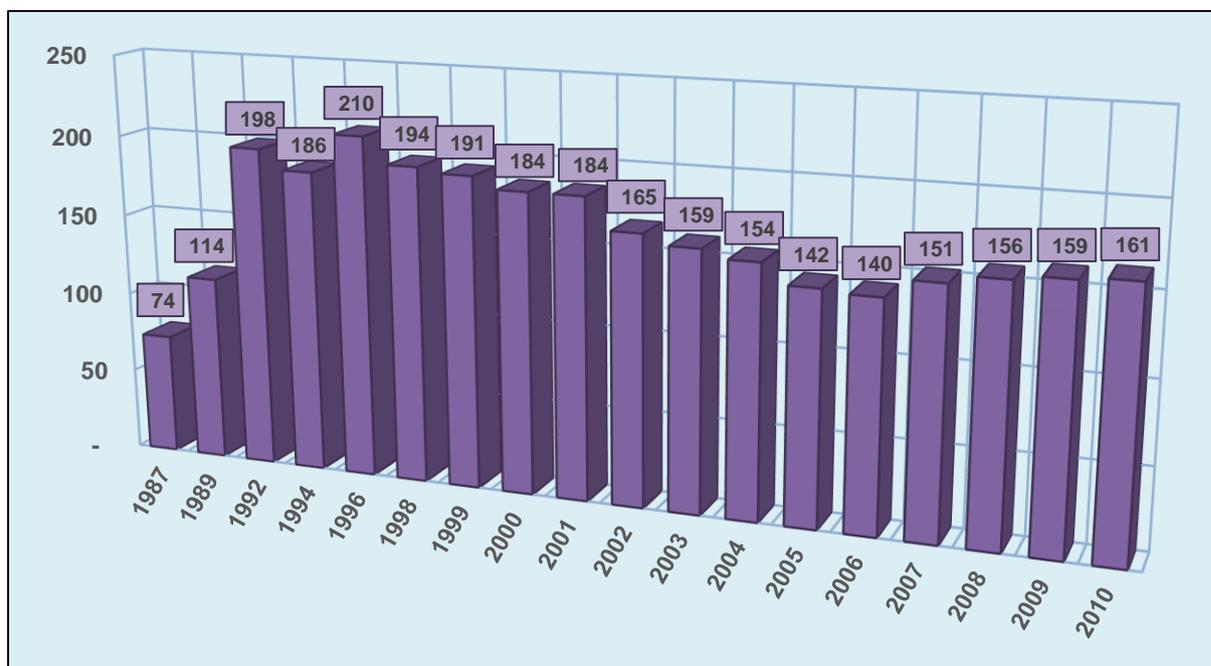


Fonte: ICMBio. Elaboração própria.

Para atender esta demanda crescente e o aumento considerável do turismo de compras, o número de meios de hospedagem cresceu consideravelmente no início dos anos 1990. Já no início dos anos 2000 percebeu-se uma queda destes meios até a metade da década, possivelmente refletindo as ações do Estado no combate ao comércio considerado ilegal na fronteira, que será estudado mais adiante nesta

pesquisa.

Gráfico 2 – Total de meios de hospedagem em Foz do Iguaçu



Fonte: PMFI, 2019b. Elaboração própria.

Era muito comum alguns quartos de hotéis mais simples serem utilizados como depósito para mercadorias. Tanto que a estratégia de combate ao contrabando utilizada pela Receita Federal do Brasil previa vistoriar guarda-volumes, quartos de hotel e estacionamentos.

Além disso, também segundo informações da Receita Federal do Brasil, ocorreu uma mudança importante nos meios de hospedagem. Na segunda metade da década dos anos 2000 houve uma diminuição dos meios de hospedagem mais simples que atendiam sacoleiros, que vinham sozinhos e ficavam apenas uma noite, e um aumento dos meios de hospedagem mais luxuosos para atender os turistas que vinham para a região com suas famílias e ficavam hospedados por vários dias.

Neste ponto do trabalho cabe um esclarecimento quanto ao papel e à nomenclatura usada para as pessoas que atuavam na travessia e transporte de mercadorias vindas do Paraguai ilegalmente.

Os sacoleiros são pessoas que atuam, geralmente, em Ciudad del Este, revendendo e distribuindo as mercadorias para todo país. Estes sujeitos podem atuar individualmente ou com outras pessoas que fazem papel de atravessadores e distribuidores. O objetivo do sacoleiro e dos demais integrantes dessa rede é fazer

com que os produtos adquiridos no Paraguai cheguem aos clientes localizados por todo Brasil. Os laranjas são contratados para transportar mercadorias vindas do país vizinho em troca de um valor previamente combinado. A função dos laranjas era primordial para todo sistema de entrada e distribuição de mercadorias ilegais, afinal, eles faziam a travessia da Ponte da Amizade e passavam pelos pontos de fiscalização para que, após isto, pudessem entregar as mercadorias para os seus patrões, que em geral eram os sacoleiros. (DAVI, 2018, p.14)

Enquanto os sacoleiros recebem as encomendas e organizam o transporte para que essa mercadoria chegue aos clientes, os laranjas emprestam seu nome e cota para transportar as mercadorias como se fossem suas. Isso ocorre porque a legislação brasileira prevê uma cota de isenção para bagagem. Assim, o laranja passa pela fronteira e pelos pontos de fiscalização afirmando que a mercadoria é sua com o objetivo de usar a cota de isenção que teria direito mensalmente. Como o controle de uso de cota era muito precário até 2006, era comum os laranjas passarem a fronteira e os pontos de fiscalização várias vezes no mesmo dia alegando o uso da cota de isenção. Será visto mais a frente que, com a infraestrutura de fiscalização e com o sistema de tecnologia de informação, o controle de cota passou a ser realizado com mais precisão, o que dificultou muito a ação dos laranjas.

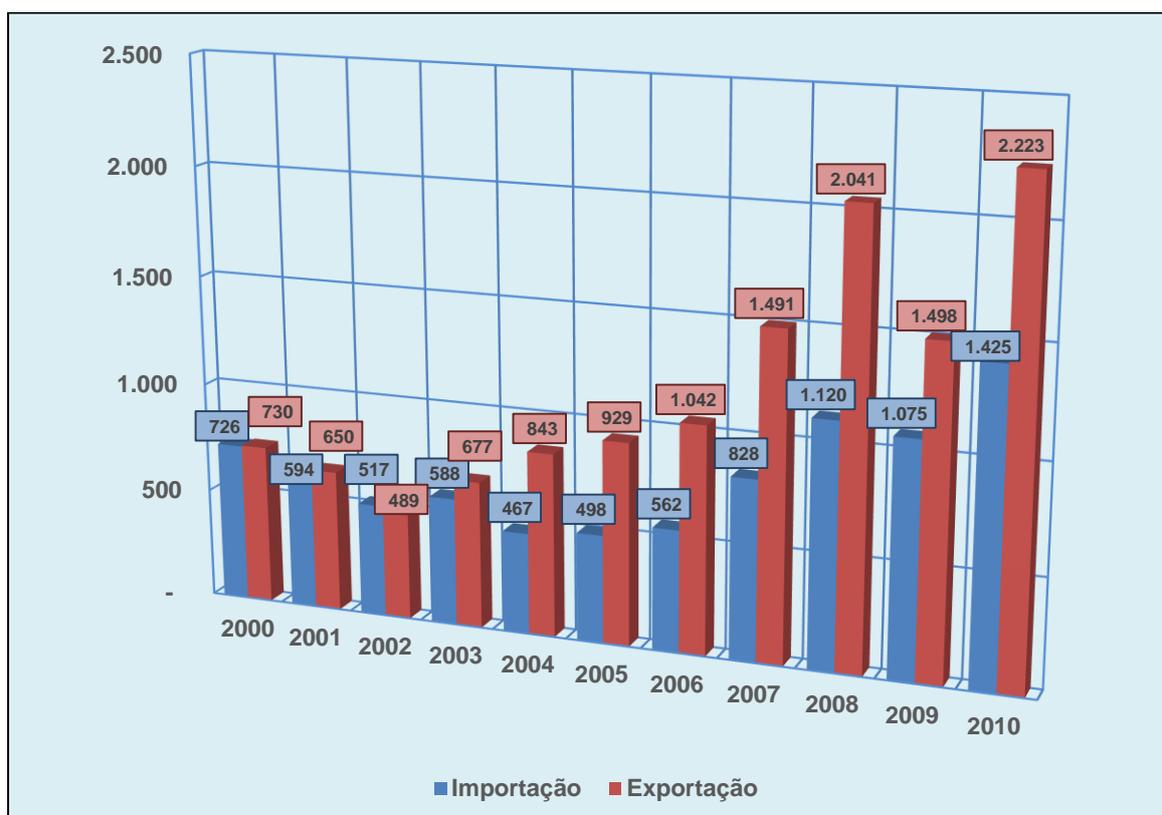
O contexto deste período fica claro nas observações de Eric Gustavo Cardin:

(...) os dez últimos anos do século XX trouxeram profundas mudanças na economia e na política mundial, nacional e regional, alterando e redesenhando as relações sociais existentes na Tríplice Fronteira. A reestruturação produtiva, a globalização, o neoliberalismo, a abertura econômica brasileira e a conclusão da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu transformaram os processos de circulação de capital e de mercadoria, como também geraram uma forte onda de desemprego em toda região. (CARDIN, 2010)

Outro aspecto interessante a ser observado na relação entre os ciclos econômicos e os acréscimos populacionais de Foz do Iguaçu trazido pela Prefeitura Municipal é período definido para o quarto ciclo, o de comércio, turismo de compras e eventos. Segundo o quadro fornecido pela Prefeitura Municipal, este ciclo foi definido no período de 1995 a 2008, gerando um acréscimo populacional de 108.007 habitantes. Contudo, com o Censo Demográfico de 2010, os números da população do município foram atualizados, havendo um decréscimo na população de 2008 (319.189 habitantes) para a de 2010 (256.088 habitantes) de 63.101 habitantes. Assim, com esta atualização pode-se corrigir o acréscimo populacional do quarto ciclo de 108.007 habitantes para 44.906 habitantes.

Como foi visto, o comércio exterior realizado na Tríplice Fronteira ganhou força com os acordos entre Brasil Paraguai na década de 1960 e foi alavancado com o asfaltamento da BR-277 e com a construção das pontes da Amizade e Tancredo Neves. Ao analisar a década objeto deste estudo, 2000 a 2010, percebe-se um crescimento considerável nas operações comerciais realizadas na região.

Gráfico 3 – Importações e Exportações pelo Porto Seco de Foz do Iguaçu entre 2000 e 2010 em milhões de dólares



Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração própria.

Ao somar as importações com as exportações percebe-se que o comércio exterior na região cresceu de 1,4 bilhão de dólares em 2000 para 3,6 bilhões de dólares de mercadorias comercializadas em 2010, ou seja, um crescimento de mais de 150% em uma década. Logo, não parece que a redução populacional possa ter relação com este ciclo econômico.

Além disso, como tanto no terceiro ciclo econômico mencionado pela Prefeitura Municipal como no segundo, o turismo de compras está presente, esta redução pode ter relação com o declínio desta atividade. Afinal, os outros ciclos econômicos identificados, turismo e comércio exterior, aparentam estar em pleno

crescimento.

Em que pese a utilização do termo turismo de compras fazer parte de um discurso de valorização da região, sabe-se que esta atividade engloba tanto compras realizadas por turistas para uso pessoal ou presentes, neste caso estaria relacionado com o ciclo econômico do turismo, como compras sob encomenda, caracterizando o comércio ilegal segundo a legislação brasileira vigente.

Um ponto importante a ser destacado é que uma grande fatia do mercado brasileiro está disposta a adquirir produtos pirateados ou contrabandeados, logo, mesmo com as dificuldades impostas pelo Estado, os grupos criminosos eram motivados a buscar novas rotas ou formas de introduzir estes produtos no mercado brasileiro. (SILVA, M. A.; DOLZAN, R. R. e COSTA, A. B., 2019, p.57)

Nesta busca de novas rotas, a fronteira do Paraguai com o Mato Grosso do Sul, em Salto del Guairá, cresceu muito. Além da oferta de produtos com demanda no mercado brasileiro, a fiscalização era mais branda e haviam muitas rotas para se chegar aos grandes centros comerciais do país.

Em 1997 foi inaugurado o primeiro shopping em Salto del Guairá. Os comerciantes e o mercado imobiliário local previam um grande crescimento, alavancado pela construção da Ponte Ayrton Senna, inaugurada em 24 de janeiro de 1998, que ligava os estados do Mato Grosso do Sul e Paraná. Em uma propaganda distribuída no final dos anos 1990 em hotéis e restaurantes da região são trazidas as localizações das lojas patrocinadoras de Salto del Guairá, demonstrando a mobilização da região para explorar a venda de mercadorias no país vizinho como atrativo para região. (FIOROTTI, 2015, p.224)

Nos anos seguintes o comércio em Salto del Guairá cresceu, reforçando a hipótese da transferência de parte do comércio de produtos ilegais da Tríplice Fronteira para a fronteira do Paraguai com o Mato Grosso do Sul.

No próximo capítulo será verificada tanto a redução populacional de Foz do Iguaçu neste início do século XXI como as variações das populações de outras regiões que fazem fronteira com o Paraguai, possibilitando verificar se houve uma migração de parte da população da Tríplice Fronteira para outras fronteiras com o País vizinho.

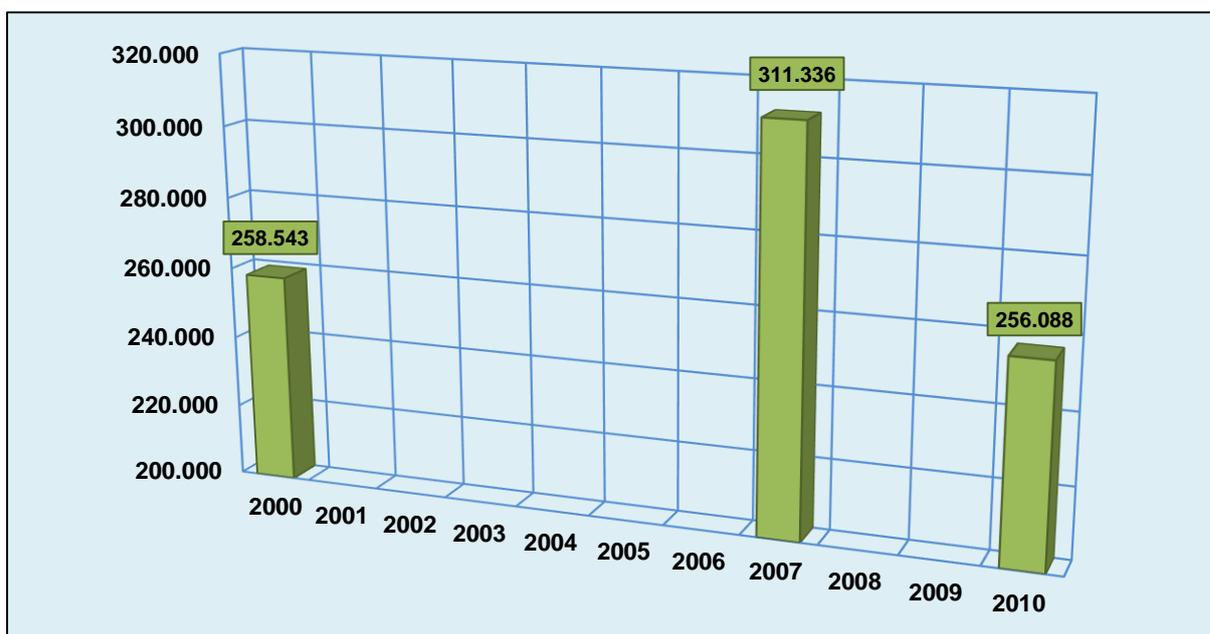
2 REDUÇÃO POPULACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU ENTRE 2000 E 2010

2.1 Levantamentos populacionais em Foz do Iguaçu

Como já visto anteriormente, desde o início de sua colonização, a região de Foz do Iguaçu vem sendo afetada por diversos processos econômicos, gerando um constante aumento populacional, as vezes um pouco mais lento, as vezes muito acelerado.

Contudo, na primeira década do século XXI a população do município de Foz do Iguaçu sofreu variações incomuns e nunca vistas nesta região. A população do município começou o período com 258.543 habitantes, conforme apurado no Censo Demográfico de 2000, passando para 311.336 na Contagem da População em 2007 e terminando a década com 256.088 habitantes no Censo Demográfico de 2010. Estes números podem ser vistos no gráfico a seguir.

Gráfico 4 – População de Foz do Iguaçu em 2000, 2007 e 2010



Fonte: IBGE, 2019a. Elaboração própria.

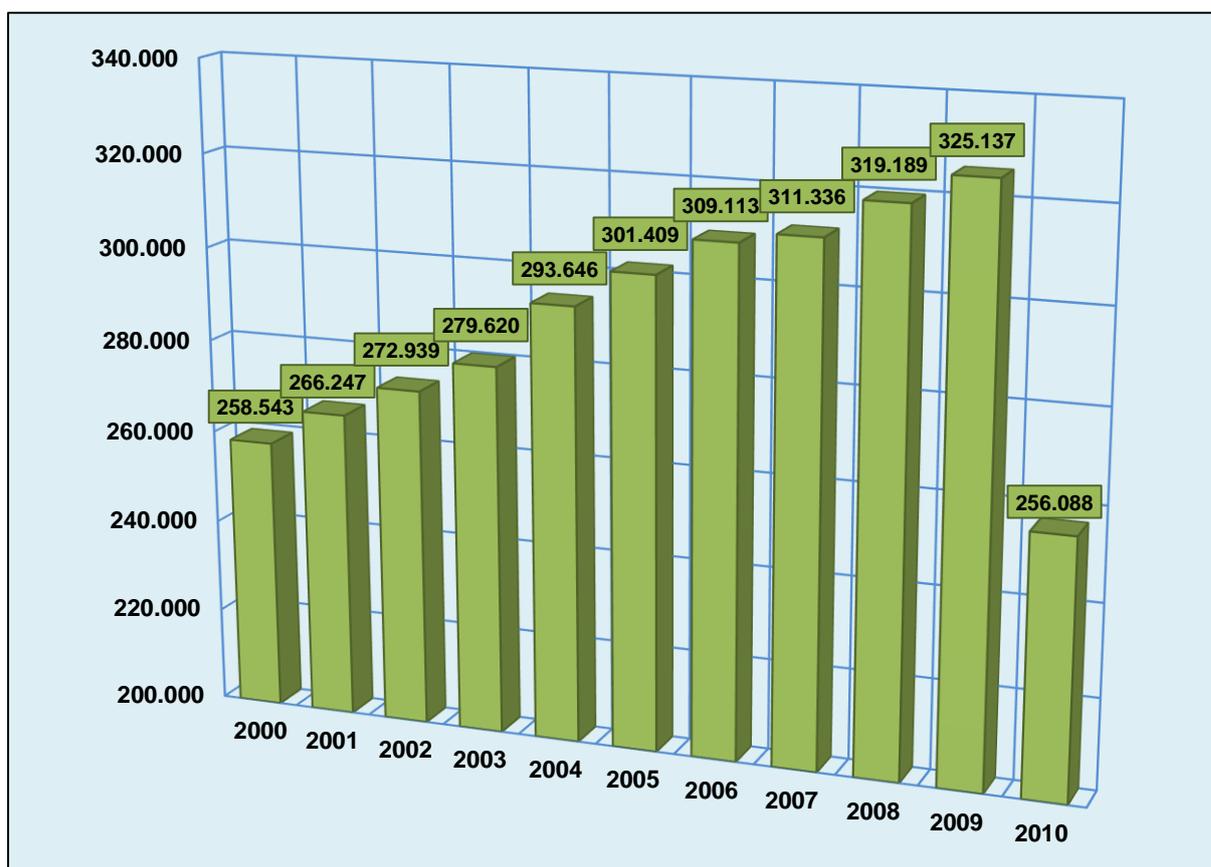
Estes são os números levantados no início deste estudo e que, de certa forma, despertaram o interesse para a realização desta pesquisa, pois demonstram uma variação populacional incomum que aguça a curiosidade e chama muito a atenção.

Estes números representam um crescimento da população de 20,42% em 7

anos de 2000 para 2007 e uma redução de 17,74% em 3 anos de 2007 para 2010. Além disso, de 2000 até 2010 ocorreu uma redução de relativa de 0,95% e absoluta de 2.455 habitantes. Sem dúvida esta queda em um contexto de várias décadas de crescimento constante chama muito a atenção, exigindo um aprofundamento na investigação.

Como primeiro passo desta investigação, foram levantados junto ao IBGE os demais números disponíveis relacionados a população do município de Foz do Iguaçu entre 2000 e 2010. O intuito é de verificar com mais detalhes como foi a variação populacional neste período. Estes números foram buscados ano a ano no site do IBGE e podem ser vistos no gráfico a seguir.

Gráfico 5 – População de Foz do Iguaçu de 2000 a 2010



Fonte: IBGE, 2019a. Elaboração própria.

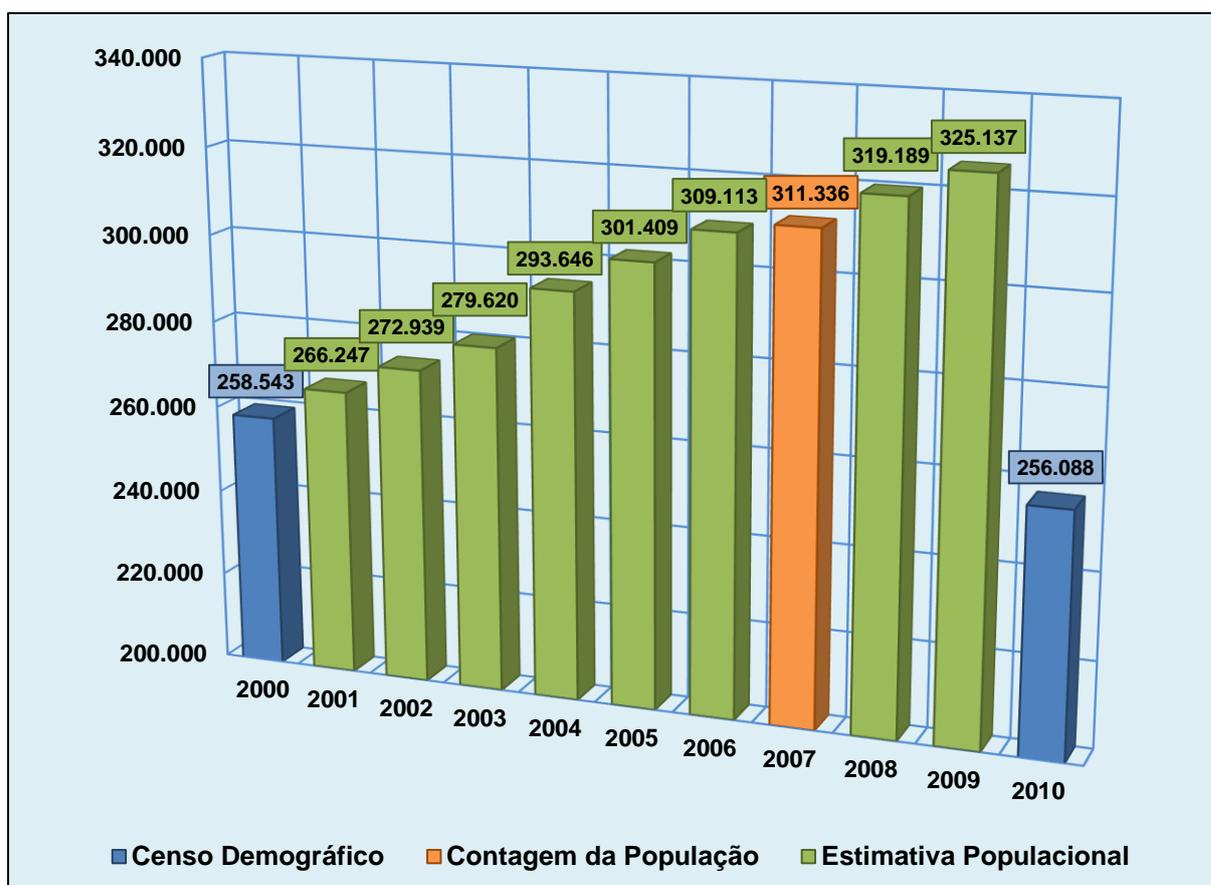
Na análise destes números o crescimento de 2000 até 2009 é praticamente constante, contudo de 2009 para 2010 há uma redução substancial de 325.137 para 256.088 habitantes, o que representa uma queda de 21,24%. Essa queda tão abrupta gerou dúvidas se realmente os dados divulgados pelo IBGE representam a população

real do período retratado. Vale destacar que não há notícia de nenhum fato ou evento específico entre os anos de 2009 e 2010 que pudesse gerar esta emigração de mais de um quinto da população do município.

Cabe ressaltar também que neste ponto do estudo a preocupação ainda não é com as possíveis causas desta involução populacional no município de Foz do Iguaçu, mas sim com a verificação da involução populacional em si e as metodologias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no levantamento desta variação populacional.

Nesta linha, uma informação importante obtida no site do IBGE é em relação ao tipo de levantamento utilizado em cada ano para determinar a população. Nos anos de 2000 e 2010 foram realizados Censos Demográficos, no ano de 2007 foi realizada uma Contagem da População e nos demais anos foram feitas Estimativas Populacionais, conforme pode ser visto no gráfico a seguir.

Gráfico 6 – População de Foz do Iguaçu de 2000 a 2010 por método de levantamento



Fonte: IBGE, 2019a. Elaboração própria.

Logo, para que seja possível compreender com mais clareza estas variações

tão grandes na população de Foz do Iguaçu, tanto o crescimento consistente de 2000 até 2009 e a queda abrupta em 2010 é fundamental esclarecer os conceitos relacionados aos três métodos utilizados para medições populacionais realizadas neste período.

2.2 Censo Demográfico, Estimativa Populacional e Contagem da População

O Censo Demográfico é uma pesquisa ampla realizada, geralmente, ao final de cada década com o objetivo de levantar informações precisas relacionadas a população e suas diversas características, conforme conceituado no site do IBGE:

O que é o Censo? - A palavra censo vem do latim census e quer dizer "conjunto dos dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação". O Censo é a única pesquisa que visita todos os domicílios brasileiros (cerca de 58 milhões espalhados por 8.514.876,599 km²). Para conhecer a situação de vida da população em cada um dos 5.565 municípios do país. Um trabalho gigantesco, que envolve cerca de 230 mil pessoas, bem diferente da pesquisa amostral, que, como o próprio nome indica, investiga uma amostra da população e, a partir de modelos estatísticos, chega à representação do todo. (IBGE, 2019)

Logo, como trata-se de uma pesquisa na qual são visitados todos os domicílios do país e por consequência do município, os números trazidos pelo Censo Demográfico tendem a ser os mais próximos possíveis da realidade.

Desta informação pode-se concluir que houve de fato uma involução populacional no município de Foz do Iguaçu no período, afinal, conforme dados levantados por dois Censos Demográficos consecutivos a população passou de 258.543 habitantes em 2000 para 256.088 habitantes em 2010, confirmando a queda de 2.455 habitantes nestes 10 anos.

Nos anos de 2001 a 2006, 2008 e 2009 foram realizadas Estimativas Populacionais em Foz do Iguaçu e em todos os municípios brasileiros.

O modelo adotado para estimar os contingentes populacionais dos municípios brasileiros emprega metodologia desenvolvida pelos demógrafos Madeira e Simões, onde se observa a tendência de crescimento populacional do município, entre dois Censos Demográficos consecutivos, em relação a mesma tendência de uma área geográfica hierarquicamente superior (área maior). (IBGE, 2019)

Desta forma, pode-se afirmar que a Estimativa Populacional, como próprio

nome já esclarece, não é uma pesquisa de campo com levantamento de dados nos domicílios. Na Estimativa Populacional são realizados cálculos com base nas variações populacionais anteriores e nas variações dos municípios que compõem a região maior na qual este município está inserido. Logo, se houver uma mudança de tendência no decorrer de um período em que estão sendo utilizadas Estimativas Populacionais, provavelmente esta mudança não será captada, gerando uma distorção que somente será percebida quando for realizada uma pesquisa que faça levantamento de dados em campo com visitação aos domicílios ou outra forma de obtenção de dados reais.

Com o intuito de evitar este tipo de distorção, o IBGE, no ano de 2007, realizou uma Contagem da População que apurou que, naquele ano, a população de Foz do Iguaçu era de 311.336 habitantes. Para entendermos o que significa a utilização deste método, o IBGE traz algumas observações sobre Contagem da População.

A Contagem da População, assim denominada por ser uma operação muito mais simples do que um Censo Demográfico, é planejada para ser realizada no meio da década, com o objetivo de atualizar as estimativas de população, incorporando as mudanças demográficas ocorridas no Território Nacional, desde o último Censo Demográfico. Sua importância está naquilo que as estimativas de população representam para a sociedade, pois se trata de um exemplo expressivo da exigência de informações estatísticas que orientam diretamente a ação pública local. Com isso, a partir dos anos 1990, a contagem populacional passou a ser um instrumento essencial para que o IBGE pudesse atender às demandas de informações demográficas por parte de vários setores da sociedade, mantendo seu padrão habitual de eficiência. (IBGE, 2019)

A Contagem da População é um levantamento realizado entre dois Censos Demográficos com o intuito de evitar que se tenha um intervalo tão longo, dez anos, entre duas medições precisas. Assim, com a realização da Contagem da População poder-se-ia evitar distorções que perdurariam por uma década.

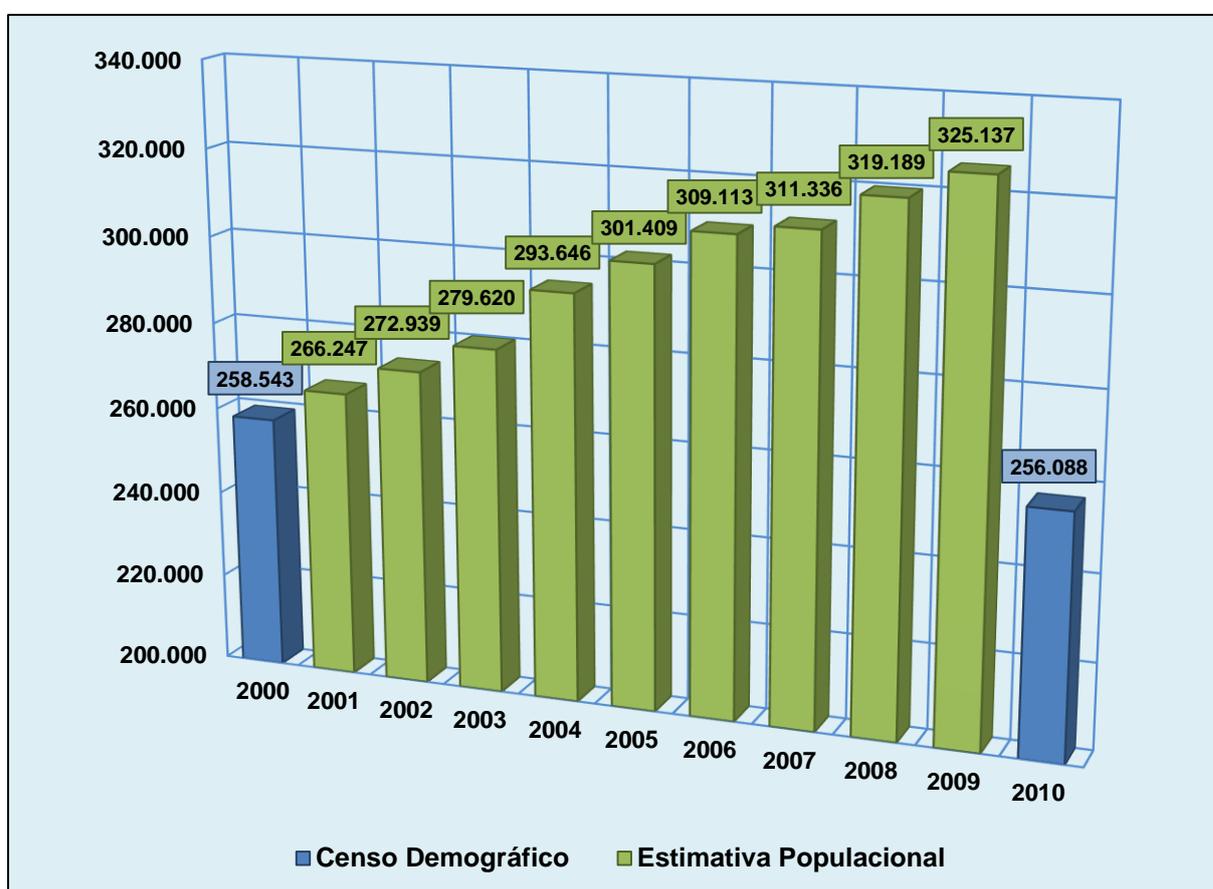
Por razões de natureza orçamentária, a realização da Contagem da População, prevista para 2005, só ocorreu em 2007. Pelas mesmas razões não foi possível realizar a contagem em todos os 5 564 municípios do País e, após estudos, o IBGE concluiu que os recursos disponíveis permitiriam a realização da Contagem da População nos municípios com até 170 mil habitantes, ou seja, pouco acima do limite em que o efetivo populacional causa impacto direto nos valores repassados pelo FPM. Como em algumas Unidades da Federação apenas um ou dois municípios ficariam fora desta faixa por terem mais de 170 mil habitantes, o IBGE optou por incluí-los na pesquisa. Sendo assim, a Contagem abrangeu 5 435 municípios, os 5 414 com até 170 mil habitantes e mais 21 municípios incluídos pelo critério acima mencionado, perfazendo 97% do total de municípios do País. Para os 129 municípios restantes a população de 2007 foi estimada. (IBGE, 2019)

Com base nesta restrição orçamentária e por suas características, mais de

170 mil habitantes, o município de Foz do Iguaçu não teve efetivada a Contagem da População em 2007. Além disso, ao observar os números de Foz do Iguaçu no documento da Contagem da População de 2007, há uma indicação de que a população foi estimada, o que confirma a não realização da contagem.

Assim, com a informação de que o levantamento populacional de Foz do Iguaçu de 2007, apesar de constar como Contagem da População, foi realizado por Estimativa Populacional, cabe uma correção ao gráfico anteriormente apresentado, ajustando o método de levantamento utilizado no ano de 2007.

Gráfico 7 – População de Foz do Iguaçu de 2000 a 2010 por método de levantamento ajustado



Fonte: IBGE, 2019a. Elaboração própria.

Evidentemente os números da população de Foz do Iguaçu entre 2001 e 2009 seguiram uma tendência que não foi confirmada. Logo, estes números não representam a população real do município neste período. Poder-se-ia até fazer interpolações e inferências buscando chegar aos números mais próximos aos reais deste período, contudo, este não é o foco desta pesquisa.

Com o intuito de entender um pouco mais este processo de crescimento populacional do município de Foz do Iguaçu até o ano 2000 e a queda surpreendente no número de habitantes na primeira década do século XXI, o estudo populacional será ampliado para os municípios de fronteira com o Paraguai. O objetivo é dar ênfase nas microrregiões que possuem municípios-chave na entrada irregular de mercadorias vindas do Paraguai para o Brasil. Até porque, como será visto no terceiro capítulo deste estudo, os investimentos e o esforço do Estado brasileiro no combate ao contrabando tiveram o seu foco na região de Foz do Iguaçu, logo, as demais regiões podem ter variações populacionais diferentes daquela observada na Tríplice Fronteira.

2.3 Variações populacionais nas fronteiras com o Paraguai

Em razão das relações culturais, sociais e comerciais entre Brasil e Paraguai, a fronteira dos dois países possui diversos pontos nos quais estas relações são mais intensas. São pontos de aglomeração populacional nos quais as cidades dos dois países se confundem. Em alguns locais, uma ponte ou uma balsa, em razão da existência de um rio ou de um lago, faz a ligação entre os dois países. Em outros locais, como não existe nenhum acidente geográfico dividindo os municípios, eles são tão entrelaçados e integrados, ficando muito difícil saber onde fica a fronteira entre os países.

Apenas dois estados brasileiros, Paraná e Mato Grosso do Sul, fazem fronteira com o Paraguai. No caso do Paraná existem três pontos de fronteira mais movimentados: Foz do Iguaçu (PR) com Ciudad del Este (PY), Santa Helena (PR) com Puerto Indio (PY) e Guaíra (PR) com Salto del Guairá (PY).

No caso do estado do Mato Grosso do Sul são seis cidades gêmeas, conurbadas ou semiconurbadas com cidades paraguaias e que possuem mais de dois mil habitantes. Os pontos de fronteira que se enquadram nestas características são: Mundo Novo (MS) com Salto del Guairá (PY), Paranhos (MS) com Ypejhú (PY), Coronel Sapucaia (MS) com Capitán Bado (PY), Ponta Porã (MS) com Pedro Juan Caballero (PY), Bela Vista (MS) com Bella Vista Norte (PY) e Porto Murtinho (MS) com Capitán Carmelo Peralta (PY). (JESUS, 2016, p.165)

Dentre estes, conforme estudos do Instituto Econômico e Social de Fronteiras

(IDESF), seis municípios brasileiros se destacam como os principais entrepostos de mercadorias contrabandeadas do Paraguai que entram no Brasil: Foz do Iguaçu (PR), Guaíra (PR), Mundo Novo (MS), Paranhos (MS), Coronel Sapucaia (MS) e Ponta Porã (MS). (CAMPO GRANDE NEWS, 2016)

Os estados brasileiros têm seus territórios divididos em mesorregiões e as mesorregiões estão subdivididas em microrregiões. Partindo do pressuposto que as pessoas que atuam na fronteira residem próximas, mas nem sempre no município de fronteira pelo qual a mercadoria entra no país, decidiu-se avaliar a variação das populações das microrregiões, abrangendo, além do próprio município da possível entrada da mercadoria, os municípios que compõem a mesma microrregião.

Partindo dos seis municípios definidos como principais entrepostos de mercadorias paraguaias que entram ilegalmente no Brasil, foram levantadas as microrregiões das quais estes municípios fazem parte.

Quadro 2 – Microrregiões dos principais municípios entrepostos de mercadorias trazidas do Paraguai para o Brasil

Estado	Mesorregião	Microrregião	Município
Paraná	Oeste Paranaense	Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu
		Toledo	Guaíra
Mato Grosso do Sul	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Iguatemi	Mundo Novo
			Paranhos
			Coronel Sapucaia
		Dourados	Ponta Porã

Fonte: IBGE, 2019b. IDESF. Elaboração própria.

No estado do Paraná o município de Foz do Iguaçu está localizado na microrregião de Foz do Iguaçu e o município de Guaíra está localizado na microrregião de Toledo. Enquanto que no Mato Grosso do Sul, os municípios de Mundo Novo, Paranhos e Coronel Sapucaia estão localizados na microrregião de Iguatemi e o município de Ponta Porã está localizado na microrregião de Dourados.

Anteriormente neste estudo já foram apresentados números relacionados a população do município de Foz do Iguaçu. Neste tópico, serão apresentados e analisados os números referentes as variações populacionais de todos os municípios que compõem cada uma das microrregiões, além da variação da microrregião como um todo. Para estas análises foram levantados junto ao IBGE os números do Censo Demográfico de 1991, da Contagem da População de 1996, do Censo Demográfico

de 2000, da Contagem da População de 2007 e do Censo Demográfico de 2010.

A primeira microrregião a ser observada é a microrregião de Foz do Iguaçu.

Quadro 3 – População da microrregião de Foz do Iguaçu entre 1991 e 2010

Municípios	População				
	1991	1996	2000	2007	2010
Céu Azul	10.586	10.440	10.445	10.914	11.032
Foz do Iguaçu	190.123	231.627	258.543	311.336	256.088
Itaipulândia	2.608	4.673	6.836	8.581	9.026
Matelândia	12.516	13.828	14.344	15.404	16.078
Medianeira	33.777	35.610	37.827	38.397	41.817
Missal	10.372	9.998	10.433	10.412	10.474
Ramilândia	4.813	3.032	3.868	4.147	4.134
Santa Terezinha de Itaipu	14.149	16.690	18.368	19.552	20.841
São Miguel do Iguaçu	22.113	23.169	24.432	25.341	25.769
Serranópolis do Iguaçu	4.888	4.537	4.740	4.327	4.568
Vera Cruz do Oeste	11.370	10.313	9.651	9.099	8.973
Total	317.315	363.917	399.487	457.510	408.800

Fonte: IBGE, 2019b. Elaboração própria.

Com base nos números da população da microrregião de Foz do Iguaçu, foi elaborado um quadro que traz as variações populacionais de cada município e da microrregião como um todo.

Quadro 4 – Variação populacional da microrregião de Foz do Iguaçu de 1991 a 2010

Municípios	Variação Populacional			
	de 1991 a 1996	de 1996 a 2000	de 2000 a 2007	de 2007 a 2010
Céu Azul	-1%	0%	4%	1%
Foz do Iguaçu	22%	12%	20%	-18%
Itaipulândia	79%	46%	26%	5%
Matelândia	10%	4%	7%	4%
Medianeira	5%	6%	2%	9%
Missal	-4%	4%	0%	1%
Ramilândia	-37%	28%	7%	0%
Santa Terezinha de Itaipu	18%	10%	6%	7%
São Miguel do Iguaçu	5%	5%	4%	2%
Serranópolis do Iguaçu	-7%	4%	-9%	6%
Vera Cruz do Oeste	-9%	-6%	-6%	-1%
Total	15%	10%	15%	-11%

Fonte: IBGE, 2019b. Elaboração própria.

Esta microrregião é composta pelos municípios no entorno da BR-277, saindo do ponto de fronteira e seguindo na direção de Curitiba/PR, ou seja, trata-se da rota que ficou famosa nos anos 1990 e início dos anos 2000 pelos comboios de mais de

quatrocentos ônibus que transportavam as mercadorias trazidas irregularmente do Paraguai para distribuição em todo país.

Interessante observar que a microrregião de Foz do Iguaçu vinha em crescimento populacional até 2007, mas, em 2010 teve uma queda abrupta, influenciada diretamente pelos números do município de Foz do Iguaçu. Conforme já foi visto anteriormente neste estudo, a população levantada para 2007 no município de Foz do Iguaçu trata-se de uma Estimativa Populacional, contudo, optou-se por manter o levantamento de 2007, pois, os demais municípios da microrregião tiveram a Contagem da População realizada normalmente.

A próxima microrregião a ser observada é a microrregião de Toledo.

Quadro 5 – População da microrregião de Toledo de 1991 a 2010

Municípios	População				
	1991	1996	2000	2007	2010
Assis Chateaubriand	39.737	35.658	33.317	32.226	33.025
Diamante d'Oeste	9.253	4.840	4.878	4.944	5.027
Entre Rios do Oeste	2.918	3.068	3.328	3.842	3.926
Formosa do Oeste	11.684	9.741	8.755	7.532	7.541
Guaira	30.000	29.282	28.659	28.683	30.704
Iracema do Oeste	3.512	2.970	2.951	2.580	2.578
Jesuítas	12.841	10.426	9.832	8.825	9.001
Marechal Cândido Rondon	35.222	37.608	41.007	44.562	46.819
Maripá	5.375	6.188	5.889	5.571	5.684
Mercedes	4.202	4.478	4.608	4.713	5.046
Nova Santa Rosa	7.042	7.069	7.125	7.582	7.626
Ouro Verde do Oeste	6.330	5.950	5.472	5.465	5.692
Palotina	25.330	24.783	25.771	27.545	28.683
Pato Bragado	3.421	3.611	4.049	4.631	4.822
Quatro Pontes	3.667	3.599	3.646	3.669	3.803
Santa Helena	18.861	19.486	20.491	22.794	23.413
São José das Palmeiras	5.596	4.452	4.102	3.873	3.830
São Pedro do Iguaçu	4.200	7.322	7.277	6.540	6.491
Terra Roxa	19.820	16.885	16.300	16.208	16.759
Toledo	90.679	90.417	86.782	109.857	119.313
Tupãssi	8.829	8.363	8.018	7.755	7.997
Total	348.519	336.196	332.257	359.397	377.780

Fonte: IBGE, 2019b. Elaboração própria.

Com base nos números da população da microrregião de Toledo, foi elaborado um quadro que traz as variações populacionais de cada município e da microrregião como um todo.

Quadro 6 – Variação populacional da microrregião de Toledo de 1991 a 2010

Municípios	Variação Populacional			
	de 1991 a 1996	de 1996 a 2000	de 2000 a 2007	de 2007 a 2010
Assis Chateaubriand	-10%	-7%	-3%	2%
Diamante d'Oeste	-48%	1%	1%	2%
Entre Rios do Oeste	5%	8%	15%	2%
Formosa do Oeste	-17%	-10%	-14%	0%
Guaíra	-2%	-2%	0%	7%
Iracema do Oeste	-15%	-1%	-13%	0%
Jesuítas	-19%	-6%	-10%	2%
Marechal Cândido Rondon	7%	9%	9%	5%
Maripá	15%	-5%	-5%	2%
Mercedes	7%	3%	2%	7%
Nova Santa Rosa	0%	1%	6%	1%
Ouro Verde do Oeste	-6%	-8%	0%	4%
Palotina	-2%	4%	7%	4%
Pato Bragado	6%	12%	14%	4%
Quatro Pontes	-2%	1%	1%	4%
Santa Helena	3%	5%	11%	3%
São José das Palmeiras	-20%	-8%	-6%	-1%
São Pedro do Iguaçu	74%	-1%	-10%	-1%
Terra Roxa	-15%	-3%	-1%	3%
Toledo	0%	-4%	27%	9%
Tupãssi	-5%	-4%	-3%	3%
Total	-4%	-1%	8%	5%

Fonte: IBGE, 2019b. Elaboração própria.

Esta microrregião é composta por municípios que são banhados ou estão próximos ao lago de Itaipu. Logo, fazem parte de uma rota que envolve a entrada de mercadorias com barcos pelo lago de Itaipu. Esta rota já surge em razão da fiscalização realizadas pela Receita Federal do Brasil e demais órgãos de segurança pública na região de Foz do Iguaçu.

De 1991 a 2000 foi observada a redução na população da microrregião como um todo, reflexo da redução observada na maioria dos seus municípios. A partir de 2000, a tendência se inverte e pode-se observar um crescimento populacional consistente da microrregião, sendo que em 2010 foi observado o crescimento de quase todos os municípios que compõem a microrregião, com exceção de São José das Palmeiras e São Pedro do Iguaçu que tiveram reduções populacionais discretas.

Vistas as microrregiões que estão localizadas no estado do Paraná, a partir de agora serão observadas as microrregiões localizadas no estado do Mato Grosso do Sul. A seguir será observada a microrregião de Iguatemi.

Quadro 7 – População da microrregião de Iguatemi de 1991 a 2010

Municípios	População				
	1991	1996	2000	2007	2010
Angélica	8.834	8.215	7.356	7.253	9.185
Coronel Sapucaia	11.609	14.308	12.810	13.979	14.064
Deodápolis	13.713	11.783	11.350	11.261	12.139
Eldorado	11.025	10.454	11.059	11.934	11.694
Glória de Dourados	11.889	10.606	10.035	9.644	9.927
Iguatemi	11.100	12.164	13.617	14.632	14.875
Itaquiraí	13.090	13.047	15.770	16.924	18.614
Ivinhema	32.426	21.792	21.643	20.567	22.341
Japorã	5.205	4.555	6.140	7.362	7.731
Jateí	4.986	4.558	4.054	3.808	4.011
Mundo Novo	19.659	16.445	15.669	15.968	17.043
Naviraí	30.670	34.670	36.662	43.391	46.424
Novo Horizonte do Sul	0	6.569	6.415	4.967	4.940
Paranhos	9.481	10.232	10.215	11.092	12.350
Sete Quedas	14.994	17.251	10.936	10.659	10.780
Tacuru	7.233	7.278	8.717	9.203	10.215
Total	205.914	203.927	202.448	212.644	226.333

Fonte: IBGE, 2019b. Elaboração própria.

Com base nos números da população da microrregião de Iguatemi, foi elaborado um quadro que traz as variações populacionais da microrregião.

Quadro 8 – Variação populacional da microrregião de Iguatemi de 1991 a 2010

Municípios	Variação Populacional			
	de 1991 a 1996	de 1996 a 2000	de 2000 a 2007	de 2007 a 2010
Angélica	-7%	-10%	-1%	27%
Coronel Sapucaia	23%	-10%	9%	1%
Deodápolis	-14%	-4%	-1%	8%
Eldorado	-5%	6%	8%	-2%
Glória de Dourados	-11%	-5%	-4%	3%
Iguatemi	10%	12%	7%	2%
Itaquiraí	0%	21%	7%	10%
Ivinhema	-33%	-1%	-5%	9%
Japorã	-12%	35%	20%	5%
Jateí	-9%	-11%	-6%	5%
Mundo Novo	-16%	-5%	2%	7%
Naviraí	13%	6%	18%	7%
Novo Horizonte do Sul	-	-2%	-23%	-1%
Paranhos	8%	0%	9%	11%
Sete Quedas	15%	-37%	-3%	1%
Tacuru	1%	20%	6%	11%
Total	-1%	-1%	5%	6%

Fonte: IBGE, 2019b. Elaboração própria.

Esta região é composta por municípios localizados no sudoeste de Mato Grosso do Sul, sendo que a fronteira com o Paraguai é uma fronteira seca, ou seja, não existem acidentes geográficos como rios ou lagos separando os dois países. Essa característica dificulta muito o trabalho de fiscalização, pois as mercadorias podem ser atravessadas como facilidade por qualquer ponto da fronteira. Além disso, o número de rodovias, estradas de terra e vias que cruzam propriedades particulares é muito grande, dificultando qualquer tipo de bloqueio que exigiria grandes contingentes de servidores para ser realizado.

Assim como na microrregião de Toledo, no Paraná, percebeu-se que essa microrregião teve redução populacional entre 1991 e 2000, contudo, a partir de 2000 a população passou a crescer. No Censo Demográfico de 2010 apenas os municípios de Eldorado e Novo Horizonte do Sul tiveram redução populacional, evidenciando esse crescimento populacional da microrregião.

A próxima microrregião a ser observada é a microrregião de Dourados.

Quadro 9 – População da microrregião de Dourados de 1991 a 2010

Municípios	População				
	1991	1996	2000	2007	2010
Amambaí	25.951	27.935	29.484	33.462	34.730
Antônio João	6.636	6.370	7.408	8.350	8.208
Aral Moreira	8.064	7.381	8.055	9.236	10.251
Caarapó	22.492	21.427	20.706	22.723	25.767
Douradina	4.741	4.718	4.732	4.900	5.364
Dourados	135.984	153.191	164.949	181.869	196.035
Fátima do Sul	22.155	20.511	19.111	18.789	19.035
Itaporã	15.935	15.440	17.045	18.605	20.865
Juti	5.273	5.318	4.981	5.353	5.900
Laguna Carapã	5.654	5.518	5.531	5.813	6.491
Maracaju	22.999	24.621	26.219	30.912	37.405
Nova Alvorada do Sul	5.134	6.928	9.956	12.026	16.432
Ponta Porã	49.887	58.505	60.916	72.207	77.872
Rio Brilhante	14.419	18.660	22.640	26.560	30.663
Vicentina	7.283	6.226	5.779	5.627	5.901
Total	352.607	382.749	407.512	456.432	500.919

Fonte: IBGE, 2019b. Elaboração própria.

Com base nos números da população da microrregião de Dourados, foi elaborado um quadro que traz as variações populacionais de cada município e da microrregião como um todo.

Quadro 10 – Variação populacional da microrregião de Dourados de 1991 a 2010

Municípios	Variação Populacional			
	de 1991 a 1996	de 1996 a 2000	de 2000 a 2007	de 2007 a 2010
Amambaí	8%	6%	13%	4%
Antônio João	-4%	16%	13%	-2%
Aral Moreira	-8%	9%	15%	11%
Caarapó	-5%	-3%	10%	13%
Douradina	0%	0%	4%	9%
Dourados	13%	8%	10%	8%
Fátima do Sul	-7%	-7%	-2%	1%
Itaporã	-3%	10%	9%	12%
Juti	1%	-6%	7%	10%
Laguna Carapã	-2%	0%	5%	12%
Maracaju	7%	6%	18%	21%
Nova Alvorada do Sul	35%	44%	21%	37%
Ponta Porã	-	4%	19%	8%
Rio Brilhante	29%	21%	17%	15%
Vicentina	-15%	-7%	-3%	5%
Total	9%	6%	12%	10%

Fonte: IBGE, 2019b. Elaboração própria.

Esta microrregião, assim como a microrregião de Iguatemi, faz fronteira seca com o Paraguai, facilitando a entrada de mercadorias vindas do país vizinho. Existem diversas rodovias e estradas na região que permitem escoar as mercadorias em direção a região sudoeste do país, o que dificulta muito a fiscalização por parte dos órgãos públicos.

Apesar da população também ter crescido no período entre 1991 e 2000, percebe-se um crescimento mais acentuado de 2000 a 2010, ou seja, de certa forma este comportamento demográfico se alinha com aquele também percebido nas microrregiões de Toledo e de Iguatemi, ou seja, um aumento na curva de crescimento populacional a partir de 2000.

A seguir quadro que reúne informações das quatro microrregiões observadas.

Quadro 11 – População das microrregiões estudadas de 1991 a 2010

Microrregião	População				
	1991	1996	2000	2007	2010
Foz do Iguaçu	317.315	363.917	399.487	457.510	408.800
Toledo	348.519	336.196	332.257	359.397	377.780
Iguatemi	205.914	203.927	202.448	212.644	226.333
Dourados	352.607	382.749	407.512	456.432	500.919
Total	1.224.355	1.286.789	1.341.704	1.485.983	1.513.832

Fonte: IBGE, 2019b. Elaboração própria.

Ao observar a população das quatro microrregiões somadas, pode-se perceber um crescimento constante, ou seja, como um todo as microrregiões tiveram aumento populacional do período de 1991 a 2010. Contudo, na primeira década, este crescimento foi concentrado nas microrregiões de Foz do Iguaçu e Dourados. Por outro lado, na segunda década a microrregião de Foz do Iguaçu quase estacionou o seu crescimento, a microrregião de Dourados acelerou o seu crescimento e as microrregiões de Toledo e Iguatemi inverteram a sua tendência de queda populacional e passaram a crescer.

Com base nos números da população das quatro microrregiões estudadas foi elaborado um quadro que traz as variações populacionais das microrregiões.

Quadro 12 – Variação populacional das microrregiões estudadas de 1991 a 2010

Microrregião	Variação Populacional			
	de 1991 a 1996	de 1996 a 2000	de 2000 a 2007	de 2007 a 2010
Foz do Iguaçu	15%	10%	15%	-11%
Toledo	-4%	-1%	8%	5%
Iguatemi	-1%	-1%	5%	6%
Dourados	9%	6%	12%	10%
Total	5%	4%	11%	2%

Fonte: IBGE, 2019b. Elaboração própria.

Ao analisar a variação populacional das quatro microrregiões, fica evidente o contraponto entre a redução populacional da microrregião de Foz do Iguaçu em 2010 em relação ao crescimento da população das outras três microrregiões estudadas.

As quatro microrregiões observadas têm em comum a fronteira com o Paraguai e, conseqüentemente, a entrada de mercadorias do país vizinho como atividade relevante em sua economia. Logo, havendo dificuldades de atuação em determinada microrregião, parece natural a busca de um local próximo, uma outra microrregião, no qual se possa desempenhar a mesma atividade com mais facilidade.

Interessante destacar que, diferente do que ocorre na microrregião de Foz do Iguaçu, nas microrregiões de Toledo, Iguatemi e Dourados, a fiscalização é muito mais difícil de ser realizada. Enquanto que em Foz do Iguaçu todas as saídas levam para a BR-277, facilitando a realização de barreiras, no noroeste do Paraná e no sudoeste do Mato Grosso do Sul o número de saídas é muito maior, pois diversas rodovias levam aos grandes centros consumidores como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, a fronteira entre o Mato Grosso do Sul e o Paraguai é seca, ou seja, pode-se

atravessá-la em qualquer ponto, a pé ou de carro, sem maiores dificuldades.

Assim, com base nos argumentos apresentados, há grande possibilidade da migração de parte da população de Foz do Iguaçu ter ocorrido para as microrregiões de Toledo, Iguatemi e Dourados, escapando das dificuldades impostas pela fiscalização e buscando rotas alternativas para levar as mercadorias aos centros consumidores.

Com o intuito de explorar com mais profundidade esta hipótese da migração da fronteira de Foz do Iguaçu para as demais fronteiras com o Paraguai, no próximo capítulo será feito um apanhado das operações e dos investimentos realizados pelo Estado brasileiro no combate aos crimes de contrabando e descaminho na Tríplice Fronteira entre 2000 e 2010.

3 COMBATE AO CONTRABANDO EM FOZ DO IGUAÇU

3.1 Grandes operações e ataque à logística do contrabando

Desde o início do século XXI as forças de fiscalização e segurança, municipais, estaduais e federais, passaram a realizar investimentos em infraestrutura, equipamentos e pessoal para combater com mais força os crimes de contrabando, descaminho, tráfico de armas e drogas na região da Tríplice Fronteira.

A Receita Federal do Brasil, responsável pela fiscalização de bens que entram no país vindos do exterior, tomou a frente deste combate, realizando operações rotineiras de combate a estes crimes em conjunto com as instituições de segurança pública (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militar e Civil do Estado do Paraná e Guarda Municipal de Foz do Iguaçu) e as forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica).

Além das operações rotineiras realizadas, a Receita Federal do Brasil organizou diversas operações de grande porte, conforme listado no quadro a seguir.

Quadro 13 – Grandes operações realizadas pela Receita Federal do Brasil entre 2000 e 2010

Ano de Realização	Nome da Operação
2002 e 2003	Gralha Azul
2003	Transporte Clandestino
2005	Comboio Nacional
2005	Cataratas
2005 a 2010	Fronteira Blindada

Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração própria.

A operação Gralha Azul foi realizada durante os anos de 2002 e 2003, período marcado por muitos conflitos e enfrentamento constante entre os agentes do Estado e as pessoas que tinham o seu sustento nas atividades relacionadas ao contrabando e descaminho de mercadorias na região, também chamados de sacoleiros.

As ações da operação Gralha Azul não se limitavam a região da Tríplice Fronteira. Muitas ações da operação ocorriam em rodovias do estado do Paraná que serviam de trajeto para levar as mercadorias de Foz do Iguaçu para os grandes centros consumidores, como Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro.

Como forma de ilustrar, em julho de 2002, foram realizadas ações na região de Londrina no norte do estado do Paraná. Em uma destas ações, realizada no dia 25 de julho de 2002 às 22 horas, foram apreendidas mercadorias que estavam em 3 ônibus e totalizaram R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais) que iam de Foz do Iguaçu/PR com destino a São Paulo/SP. Segundo a Receita Federal do Brasil, no primeiro semestre de 2002 foram apreendidos em torno de R\$ 40 milhões no âmbito da operação Galha Azul. (FOLHA DE LODRINA, 2002)

Um exemplo que demonstra como era o clima entre fiscalização e sacoleiros neste período ocorreu no dia 8 de outubro de 2002. Neste dia foram realizadas ações para coibir o contrabando capitaneadas pela Receita Federal do Brasil em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar do estado do Paraná. Neste dia, por volta das 8 horas da manhã foi iniciada a operação de fiscalização a veículos que entravam no país pela aduana da Ponte Internacional da Amizade. Por volta das 9 horas e 30 minutos cerca de 2.000 pessoas se aglomeraram em torno das equipes de fiscalização e começaram a jogar objetos contra os fiscais, policiais e carros. Os policiais acabaram reagindo e atiraram balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. Neste dia “o tráfego da Ponte da Amizade foi interrompido e montou-se ali uma praça de guerra”. (ESTADÃO, 2002)

Com o objetivo de realizar operações de combate ao contrabando e ao descaminho mais organizadas, a Receita Federal do Brasil procurou um terreno localizado estrategicamente na BR-277 que fosse próximo a cidade de Medianeira/PR. A realização de ações nesta região permitiria operações com resultados mais efetivos, pois em razão da grande quantidade de ônibus, a fiscalização na aduana da Ponte Internacional da Amizade ou mesmo no perímetro urbano de Foz do Iguaçu estava sendo dificultada pelos tumultos. Assim, um terreno foi cedido pelo Governo do estado do Paraná conforme a Lei Estadual 13.745 de 27 de agosto de 2002. No mesmo ano, com apoio da Prefeitura Municipal de Medianeira/PR foi construído o barracão do Posto Fiscal Bom Jesus. Com este ponto de apoio, as operações puderam ser melhor organizadas e o aumento nos valores apreendidos foi considerável.

Uns dos focos das operações realizadas tanto no barracão como em Foz do Iguaçu era dificultar o transporte das mercadorias contrabandeadas e descaminhadas para todo país. Assim, como a logística era, no início da década, realizada majoritariamente por ônibus de turismo, a Agencia Nacional de Transportes Terrestres

(ANTT) era participante assídua das operações, pois fiscalizava a existência de autorização para o transporte internacional de passageiros.

Após dois dias da operação Transporte Clandestino, iniciada no dia 11 de novembro de 2003, a ANTT fiscalizou 82 ônibus, dos quais apreendeu 26, ou seja, 30% dos veículos vistoriados. Neste período foram aplicadas multas por documentação irregular, ausência de documentação obrigatória e em razão de adulteração da lista de passageiros. Além da ANTT, a operação foi realizada em conjunto com a Receita Federal do Brasil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Federal, Promotoria de Investigações Criminais e Polícia Militar do estado do Paraná, envolvendo mais de 250 pessoas. A operação teve o objetivo de combater os crimes de contrabando e descaminho na região, além de fiscalizar o transporte rodoviário interestadual e internacional e coibir o transporte clandestino de passageiros. (ESTRADAS, 2003)

Fotografia 1 – Ação de dissuasão a protesto na Ponte Internacional da Amizade em 12 de novembro de 2003



Fonte: Receita Federal do Brasil.

Nos dias 12 e 13 de novembro de 2003 sacoleiros realizaram protestos e bloqueios na Ponte Internacional da Amizade em razão do enrijecimento das ações

de fiscalização. Durante os protestos, os sacoleiros interromperam a circulação na BR-277 que dá acesso ao Paraguai colocando pneus incendiados e blocos de concreto na pista. Diante desta situação, com o intuito de liberar a via pública, as forças policiais realizaram uma ação de dissuasão dos sacoleiros e o confronto foi inevitável. Para isso, “os policiais utilizaram balas antimotim e gás de efeito moral, dispersando-os”. Desde o dia 10 de novembro quando a operação começou oito pessoas foram levadas à Polícia Federal para fazer termo circunstanciado por não respeitar ordem policial e 38 ônibus foram retidos. Os fiscais da Receita Federal do Brasil estão parando todos os veículos, inclusive as vans e o carros de passeio que normalmente são fiscalizados por amostragem. Quando as mercadorias ultrapassam o valor de 150 dólares, cota permitida, elas são retidas pela fiscalização. Neste contexto “os sacoleiros alegam que não têm emprego fixo e precisam servir-se desse expediente para sobreviver”. A operação não está restrita a região de Foz do Iguaçu, segundo a Receita Federal do Brasil ela está sendo realizada em vários municípios de Santa Catarina, Ourinhos (SP), além de Guarapuava, Cascavel e Medianeira no estado do Paraná. (FOLHA DE LONDRINA, 2003)

Fotografia 2 – Interdição da Ponte Internacional da Amizade em 19 de novembro de 2003



Fonte: Receita Federal do Brasil.

Ainda no contexto da operação Transporte Clandestino, na semana seguinte, em 19 de novembro de 2003, conforme informações fornecidas pela Receita Federal do Brasil, na aduana da Ponte Internacional da Amizade foi novamente realizada a fiscalização de todos os ônibus e veículos de passeio que estavam entrando no Brasil. Como já havia ocorrido na semana anterior, essa ação gerou revolta dos sacoleiros e laranjas que interditaram a Ponte Internacional da Amizade, impedindo a passagem de veículos e pessoas nos dois sentidos.

Além das operações que eram cada vez mais frequentes e com maior participação das diversas instituições públicas, o Estado também buscou alterações legislativas que viabilizassem um combate mais efetivo. Estas alterações não envolveram a criminalização de condutas, afinal o contrabando e o descaminho já são crimes desde a criação do Código Penal. O foco foi em oferecer ferramentas e meios para lidar com a situação real de comboios de ônibus e grandes volumes de mercadorias entrando no país pela Tríplice Fronteira.

Em 29 de dezembro de 2003 foi publicada a Lei 10.833 que, através do seu artigo 75, permitia a retenção dos ônibus e aplicação de multa. Essa mudança legislativa trazia evoluções importantes para a estratégia de atuação da Receita Federal do Brasil. Primeiro, permitia a retenção dos ônibus, logo, não era mais necessário fiscalizar imediatamente os veículos que fossem retidos. Era possível, por exemplo, reter 20 ônibus e lacrá-los para fiscalizá-los ao longo da semana seguinte. Isso dava maior flexibilidade e possibilitava estratégias variadas por parte dos órgãos de fiscalização, sem a limitação de fiscalizar todos os veículos retidos no momento da retenção. O segundo ponto de inovação da Lei diz respeito a possibilidade de aplicação de multa e responsabilização do transportador por não identificação das bagagens. Assim, o transportador, proprietário ou empresa de turismo, responsável pelo ônibus de turismo naquela viagem que tivesse bagagens não identificadas estava sujeito a aplicação de multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e, no caso de reincidência, multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Em que pese não ter uma operação de grande porte em andamento em 2004, o ano foi intenso no número de ações cotidianas de combate ao contrabando, gerando insatisfação e represálias por parte dos sacoleiros.

Um fato que marcou aquele ano foi a ação dos sacoleiros que, após fiscalização e retenção dos ônibus realizada pela Receita Federal do Brasil no Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira (PR), incendiaram quatro ônibus colocando em risco

as vidas dos passageiros, motoristas e servidores que estavam realizando a fiscalização dos veículos.

Fotografia 3 – Ônibus queimados por sacoleiros em 2004

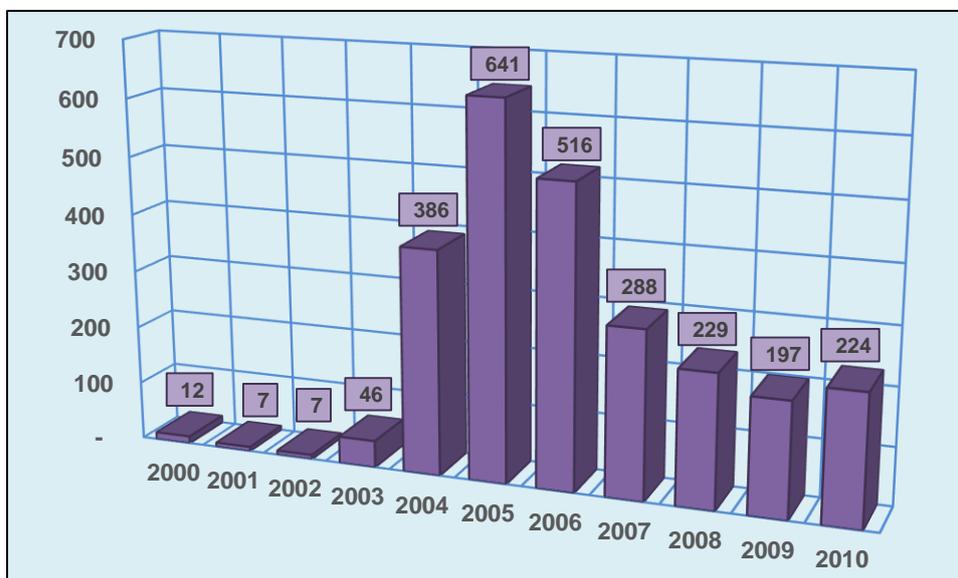


Fonte: Receita Federal do Brasil.

A operação Comboio Nacional foi uma ação conjunta entre Receita Federal do Brasil, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal que mudou definitivamente a logística de transporte das mercadorias vindas do Paraguai para Foz do Iguaçu. As investigações iniciaram no final de 2003 e levaram um ano e meio até que a operação fosse deflagrada. Com a conclusão das investigações, e após o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público Federal, a Justiça Federal autorizou a busca e apreensão de 364 ônibus de turismo que eram utilizados como meio para viabilizar os crimes de contrabando e descaminho. Os veículos pertenciam a 81 empresas de transporte que, segundo informações da Receita Federal do Brasil, durante o ano de 2004 realizaram um total de 9.832 viagens, dos mais diversos pontos do país para Foz do Iguaçu, autorizadas pela ANTT. Estes veículos transportaram mais de 1 bilhão de dólares de mercadorias, abastecendo as mais diversas regiões do Brasil com mercadorias trazidas do país vizinho. As investigações também revelaram que neste período, cerca de 90% de todas as mercadorias que entraram no país pela região da

Tríplice Fronteira eram transportadas por meio de ônibus que formalmente eram de turismo ou de fretamento eventual. (FOLHA DE S. PAULO, 2005)

Gráfico 8 – Ônibus apreendidos pela Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu



Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração própria.

Cabe mencionar que, em razão do inciso V do artigo 104 do Decreto-Lei 37 de 18 de novembro de 1966, no caso de comprovação do uso do veículo na prática de contrabando ou descaminho e a respectiva comprovação da responsabilidade do proprietário, cabe também a apreensão do veículo transportador. Assim, além da apreensão causar um grande prejuízo financeiro para os sacoleiros, a apreensão de veículos transportadores passou a ser usada como estratégia do Estado para a desarticulação da logística do contrabando.

Pode-se afirmar que 2005 foi um divisor de águas no combate ao contrabando na região da Tríplice Fronteira, pois neste ano foi a última vez que foram vistos grandes comboios que reuniam em torno de 400 ônibus saindo juntos de Foz do Iguaçu em direção aos grandes centros comerciais do país.

Com a realização da operação Comboio Nacional e as apreensões constantes de ônibus realizadas em maior quantidade desde 2004, a logística de utilização dos ônibus para transporte de mercadorias foi sendo minada e, apesar dos ônibus ainda serem eventualmente utilizados neste transporte, os grandes comboios deixaram de existir.

Fotografia 4 – Comboio de ônibus saindo de Foz do Iguaçu pela BR-277 em 2003



Fonte: Receita Federal do Brasil.

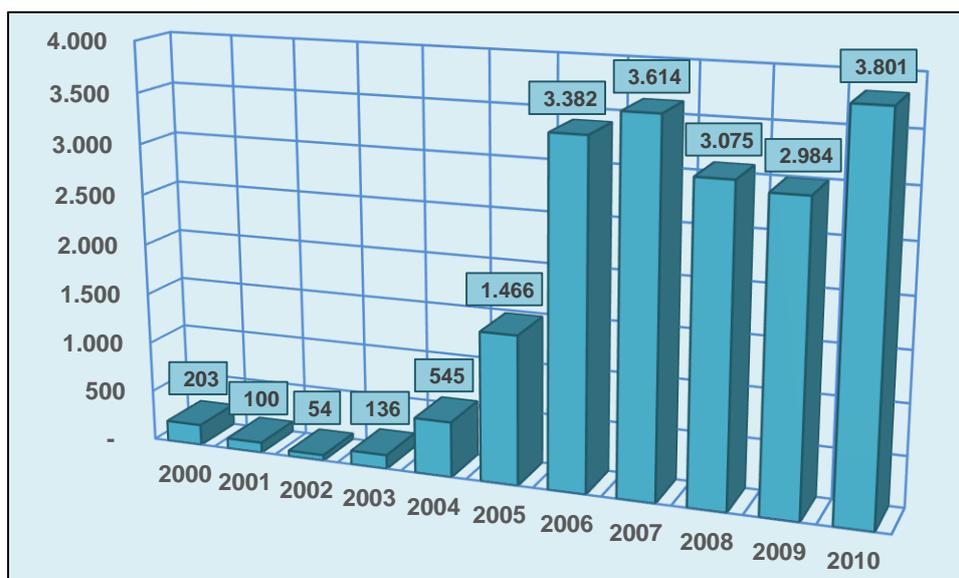
Assim, com o combate mais efetivo ao uso de ônibus na logística do contrabando, os sacoleiros passaram a utilizar com mais frequência veículos de passeio que, apesar de transportarem menor quantidade de mercadorias eram menos percebidos pela fiscalização.

Segundo a Receita Federal do Brasil o uso de veículos de passeio passou por três fases distintas ao longo dos anos. Na primeira fase os sacoleiros utilizavam veículos antigos, pois o custo era baixo e caso o veículo fosse apreendido não representaria um prejuízo tão grande. Contudo, estes veículos começaram a ser visados pela fiscalização que passou a apreender grande quantidade de veículos antigos. Assim, os sacoleiros mudaram mais uma vez e passaram a utilizar veículos novos financiados. Contudo, quando tinham o veículo apreendido, os sacoleiros paravam de pagar o financiamento, causando prejuízo para os bancos e financeiras que ficavam sem o veículo e sem possibilidade de cobrar essa dívida. Assim, como forma de proteção, as instituições financeiras ficaram mais exigentes na concessão destes financiamentos, reduzindo consideravelmente os veículos deste tipo usados por sacoleiros. Finalmente, em uma terceira fase, os sacoleiros começaram a utilizar

veículos furtados ou roubados com as placas adulteradas. Essa troca de placas era feita pela placa de um veículo da mesma cor e modelo de outra região do país para que não pudesse ser facilmente detectado que o veículo tinha sido furtado ou roubado. Como Foz do Iguaçu é uma região turística, esse veículo supostamente de outra região não era percebido diante de tantos veículos de turistas circulando pela cidade. Normalmente, essa condição de veículo furtado ou roubado só era percebida com a apreensão e vistoria do veículo.

Essa mudança na logística do contrabando pode ser notada nas apreensões de veículos que cresceu muito em quantidade a partir de 2006. Isso ocorreu pois, neste novo modelo de logística, são necessários vários veículos de passeio para transportar o mesmo volume de mercadorias que podiam ser transportadas por um único ônibus.

Gráfico 9 – Veículos apreendidos pela Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu



Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração própria.

Com o volume de apreensões crescente a Receita Federal do Brasil precisou estruturar um pátio que pudesse abrigar estes veículos apreendidos até a sua destinação final ou até a eventual decisão judicial que determinasse a entrega do veículo ao proprietário anterior. Assim, em um terreno próximo a unidade da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu foi preparado um pátio de veículos apreendidos com 151.000 m² de área e com capacidade de abrigar aproximadamente 8 mil veículos.

Fotografia 5 – Pátio de veículos apreendidos da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu



Fonte: Receita Federal do Brasil.

3.2 Operação Fronteira Blindada e investimentos na fiscalização

Ao longo dos anos a insatisfação com as ações da Receita Federal do Brasil por parte dos sacoleiros aumentou gerando represálias e agressões a servidores. No dia 4 de outubro de 2006 em Matelândia (PR), a 70 Km de Foz do Iguaçu, dois servidores da Receita Federal do Brasil foram agredidos por sacoleiros quando realizavam a fiscalização de um ônibus. Segundo a Receita Federal, os servidores receberam chutes e pontapés enquanto estavam caídos no chão. A viatura da Receita Federal do Brasil teve os vidros quebrados e os pneus furados. Este caso segue a linha de situações semelhantes ocorridas nos últimos anos. Como já foi relatado, em 2004, quatro ônibus foram queimados por sacoleiros no posto fiscal Bom Jesus em Medianeira (PR) e outros confrontos foram registrados na Ponte Internacional da Amizade em 2003 e 2005. Além disso, em agosto de 2006 três servidores foram vítimas de atentado em Santa Terezinha do Itaipu (PR) quando um ônibus foi jogado

pelo motorista sobre uma viatura da Receita Federal do Brasil, destruindo a viatura e ferindo os servidores. (GAZETA DO POVO, 2006)

Fotografia 6 – Notícia publicada em 28 de agosto de 2006 no jornal Gazeta do Paraná sobre atentado a servidores da Receita Federal do Brasil

COMISSÃO DE INQUÉRITO Nº 480

GERAL

Segunda-feira, 28/08/2006 Paraná GAZETA

E-mail: geral@gazetadoparana.com.br Telefone: (45) 3218-2538

CERTIFICADO QUE O PRESENTE É CÓPIA FIEL DO DOCUMENTO QUE CONSTA DO PROCESSO.

ATENTADO

Ônibus com contrabando passa por cima de viatura

Três funcionários da RF ficaram feridos em "acidente" em Santa Terezinha

ALEXANDRE MOURA
CASCAVEL

"Tentativa de homicídio". Assim o delegado da Receita Federal em Foz do Iguaçu, José Carlos Araújo definiu a situação envolvendo um ônibus carregado de contrabando que tentou furar um bloqueio, passando por cima de uma viatura em que estavam fiscais federais. Três funcionários da Receita ficaram feridos durante o "acidente" ocorrido próximo à BR-227, no perímetro urbano de Santa Terezinha de Itaipu - a 15 quilômetros de Foz do Iguaçu.

A situação aconteceu por volta das 4h30 deste domingo, quando os fiscais federais se preparavam para interceptar um comboio de ônibus que saía de Foz do Iguaçu - sentido São Paulo. A viatura da Receita ficou destruída. Os servidores foram hospitalizados em Foz e apesar do impacto e da gravidade do acidente, não correm risco de morte.

O motorista do ônibus, Djalma dos Santos, 33 anos, foi detido e levado para a polícia em Foz do Iguaçu. Os doze passageiros conseguiram fugir. Para o delegado da Receita Federal, trata-se de um "ataque terrorista" envolvendo contrabandistas. "Ele [motorista] ati-

rou o ônibus contra os nossos fiscais. Tentaram matar os funcionários da Receita que estavam trabalhando", disse Araújo, destacando a veemência cada vez maior dos fiscais federais no combate ao contrabando na Fronteira Brasil-Paraguai. "Esses contrabandistas não são trabalhadores", afirmou.

Questionado sobre o rigor da Receita Federal para impedir a entrada de mercadorias contrabandeadas pela nova alfândega, o delegado afirma que "daqui pra frente será assim. E a nossa segurança será redobrada para impedir que situação como esta ocorra novamente".

"VAGALUM"
PM apre pedras d em Casc
A Polícia Mil. vel apreende semana - duração Vagalum de crack, além mas de mac 280 pessoas fi das durante a cia nas ruas d ram 117 veíc. dos e cinco e Quatro pesso sas. Entre os ilíc fico, direção ses e porte ilegal a



Viatura ficou praticamente destruída



Fonte: Receita Federal do Brasil.

Diante de situações como estas, a operação Fronteira Blindada foi concebida com o intuito de trazer servidores da Receita Federal do Brasil do país todo para reforçar as equipes que atuam na Tríplice Fronteira. A operação é organizada em 26 períodos por ano, ou seja, a cada quinzena são deslocados em média 25 servidores que realizam atividades relacionadas a fiscalização aduaneira de pessoas e veículos nas aduanas da Ponte Internacional da Amizade (com o Paraguai) e na Ponte Tancredo Neves (com a Argentina), fiscalização de bagagens no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu e participação em operações de combate ao contrabando e ao descaminho em hotéis, estacionamentos, guarda-volumes, estabelecimentos comerciais, pontos de ambulantes, rodovias e estradas vicinais. Ao final de cada quinzena, o grupo de servidores que participou dos reforços retorna para

suas cidades de origem e chega um novo grupo para reforçar as equipes. Desde a sua criação, a operação Fronteira Blindada é realizada ininterruptamente na região, podendo ser considerada uma operação permanente da Receita Federal do Brasil.

Desde o final da década de 1990 e nos anos seguintes havia um intenso movimento na Ponte Internacional da Amizade. Eram em sua grande maioria pessoas atravessando mercadorias do Paraguai para o Brasil. A fiscalização era limitada pela falta de estrutura e de pessoal e como o volume de pessoas que atravessa a ponte simultaneamente era enorme, a fiscalização era inviável. Em que pese haver uma cota de isenção de US\$ 150,00 (cento e cinquenta dólares) prevista na normativa, que foi aumentada para U\$ 300,00 (trezentos dólares) em 2003, era impossível realizar o controle do uso dessa cota pelas pessoas que passavam pela aduana. Logo, as pessoas que se dispunham a atravessar mercadorias faziam isto livremente e várias vezes em um mesmo dia. Em alguns dias este volume de pessoas que retornavam para o Brasil com mercadorias era tão grande que as pessoas utilizavam as pistas destinadas aos veículos para retornar a pé.

Fotografia 7 – Ponte Internacional da Amizade em dia de intensa travessia de pessoas que usavam as pistas de rolamento para retornar ao Brasil



Fonte: Receita Federal do Brasil.

Com o intuito de viabilizar a fiscalização dos bens que entravam no país pela Ponte Internacional da Amizade, a Receita Federal do Brasil buscou a construção de uma estrutura de aduana que oferecesse condições desta fiscalização ser realizada. A elaboração do projeto contou com o apoio da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI) que financiou o pré-projeto e com a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI) que doou o projeto executivo da nova aduana. Assim, em outubro de 2006 foi entregue a estrutura da aduana de entrada no país (sentido Paraguai-Brasil) e no início de 2008 foi entregue a segunda parte da obra (sentido Brasil-Paraguai). Conforme informações fornecidas pela Receita Federal do Brasil, as duas etapas da obra foram custeadas por recursos federais e tiveram um custo de aproximadamente R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais).

Foto 8 – Aduana da Ponte Internacional da Amizade antes e depois das obras realizadas entre 2006 e 2008

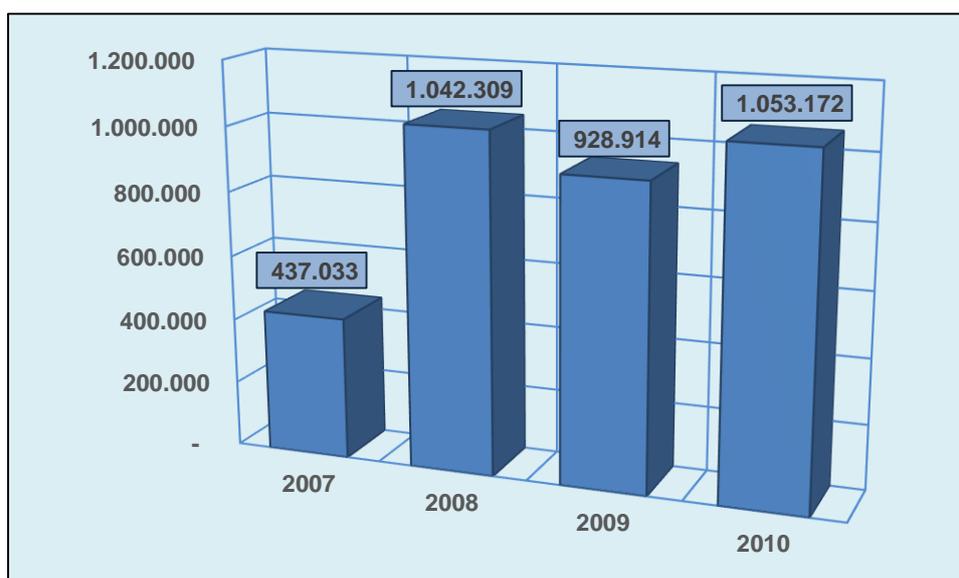


Fonte: Receita Federal do Brasil. Montagem própria.

Unindo a nova estrutura da aduana com os reforços da operação Fronteira Blindada, a Receita Federal do Brasil começou a fiscalizar de fato as pessoas que entravam no país. Todos que passavam pela Ponte Internacional da Amizade eram verificados, fazendo crescer as apreensões de mercadorias. Além disso, no mês de novembro quando foi implantado novo modelo de fiscalização, a arrecadação de impostos de importação cresceu 181%, alcançando R\$ 446,8 mil. O aperto na

fiscalização trouxe efeitos colaterais, como a migração do contrabando organizado para outras regiões, a exemplo da fronteira seca entre Mato Grosso do Sul e Paraguai e também na região de Guaíra/PR. Segundo informações da Receita Federal do Brasil, comprovadas pela equipe da Folha de S. Paulo, houve uma mudança significativa no dia-a-dia de quem traz mercadorias do Paraguai. Quando a estrutura de fiscalização era precária, a maioria das pessoas atuavam como laranjas atravessando a mercadoria pela ponte e assumiam ser proprietários das mercadorias quando eventualmente ocorria uma apreensão. Com a nova estrutura da aduana e a fiscalização mais rígida, mudaram a função para passadores e transportadores, pois não tinham condições de arcar com o prejuízo de tantas apreensões. Os passadores são proprietários de pequenos barcos ou balsas improvisadas que usam para atravessar mercadorias pelo rio Paraná e pelo lago de Itaipu. No final de 2006 o valor cobrado por volume atravessado era em torno de R\$ 80,00 (oitenta reais), geralmente brinquedos e cigarros. Já os transportadores utilizam carros de passeio para levar mercadorias a hotéis, estacionamento ou guarda-volumes para que depois sejam carregados em outros veículos que os levarão para o destino final. Os transportadores trabalham para diversos clientes e negocia o valor de cada volume que pode variar de R\$ 20,00 (vinte reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais) dependendo do tipo de mercadoria e do local da entrega. (FOLHA DE S. PAULO, 2006)

Gráfico 10 – Número de registros de uso de cota de isenção de bagagem na aduana da Ponte Internacional da Amizade no Sistema de Controle de Bagagens (SCB)



Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração própria.

Em setembro de 2007 a Receita Federal do Brasil passou a utilizar o Sistema de Controle de Bagagens (SCB) que possibilitava registrar o uso de cota dos viajantes que passavam pela aduana da Ponte Internacional da Amizade. Assim, quando um viajante que já utilizou a cota era fiscalizado, ele tinha que pagar os tributos sobre toda a mercadoria que estava trazendo. Essa medida dificultou ainda mais a atuação dos “laranjas” que traziam mercadorias para terceiros do Paraguai. Com a cota utilizada, eles somente teriam direito a isenção em 30 dias e trazer mercadoria sem direito a cota era muito arriscado. Afinal, com a fiscalização muito atuante, a chance de ser fiscalizado e ter a mercadoria apreendida ou arcar com o imposto era muito alta.

Neste período a Receita Federal do Brasil fez investimentos em tecnologias e ferramentas para fortalecer o combate ao contrabando e ao descaminho. Dentre estas tecnologias merece destaque os dois helicópteros que foram adquiridos pela instituição e apoiam as equipes em terra na realização de operações. A tecnologia embarcada nas aeronaves é de ponta, possibilitando realizar ações de vigilância em período noturno ou mesmo observar alvos a grandes distâncias.

Fotografia 9 – Helicóptero da Receita Federal do Brasil utilizado em ações de combate ao contrabando na Tríplice Fronteira



Fonte: Receita Federal do Brasil.

Em 2008 a Receita Federal do Brasil criou o Centro Nacional de Cães de Faro sediado na cidade de Vitória no estado do Espírito Santo. Neste centro são preparados e treinados cães de faro que serão utilizados nos portos, aeroportos e aduanas do país todo. Neste período eram encontrados com frequência entorpecentes sendo levados por viajantes, os chamados “mulas”, ou misturados com mercadorias contrabandeadas e descaminhadas. Assim, com o intuito de auxiliar na detecção de drogas durante as operações, foi criado um Centro de Cães de Faro de Foz do Iguaçu.

Fotografia 10 – Cães de faro que compõem a equipe do Centro de Cães de Faro da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu



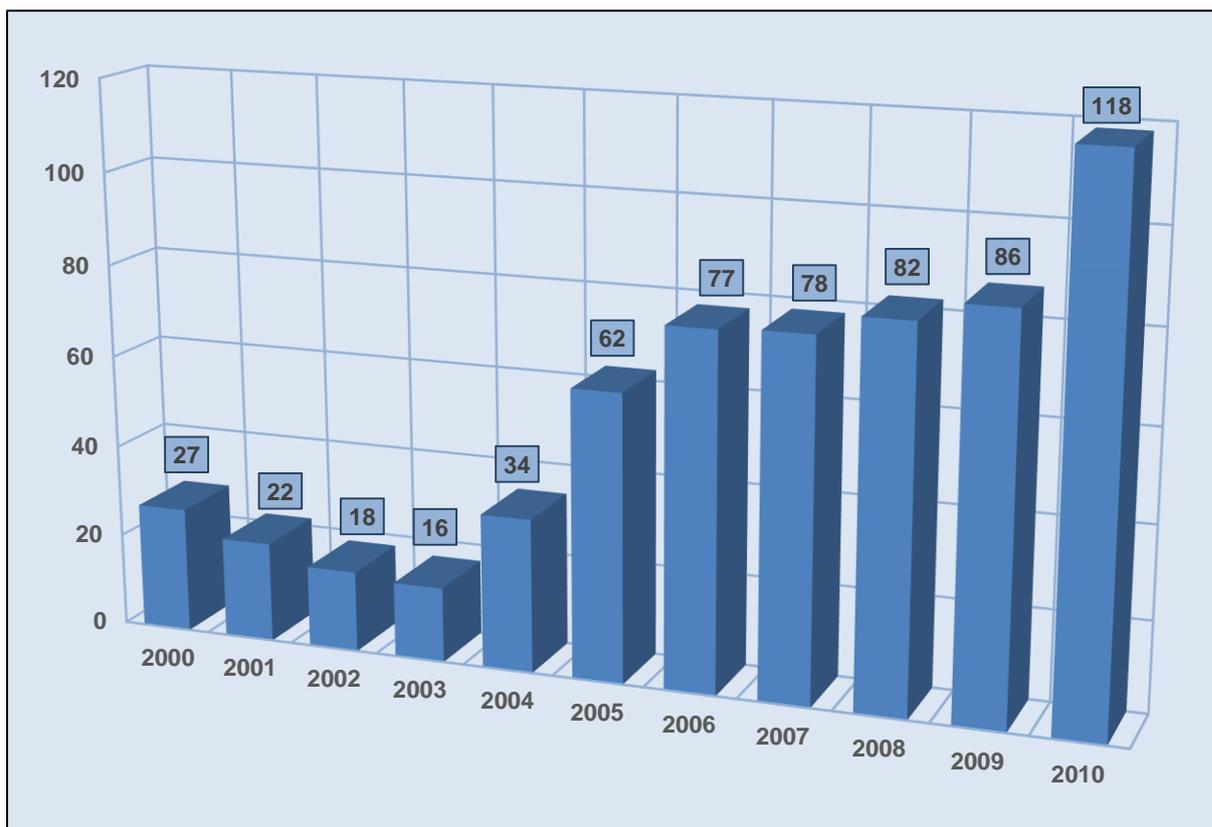
Fonte: Receita Federal do Brasil. Montagem própria.

Para viabilizar o manuseio do grande volume de mercadorias que eram apreendidas diariamente, a Receita Federal do Brasil investiu na construção de dois grandes depósitos para armazenar mercadorias apreendidas. Os depósitos têm uma área somada de 8.200 m², sendo um deles com 6.000 m² e o outro com 2.200 m². Estima-se que estes depósitos girem todos o seu volume de mercadoria três vezes ao ano.

Com tudo que foi visto, pode-se afirmar que o Estado combateu efetivamente o contrabando e o descaminho na região. Foram investimentos realizados em instalações, equipamentos e tecnologia. Também houve um grande número de

servidores vindos como reforço e enviados constantemente à fronteira. Além da fundamental aproximação entre os diversos órgãos de fiscalização, de segurança pública e forças armadas. A reunião de todas estas ações resultou no aumento consistente das apreensões de mercadorias ao longo da década.

Gráfico 11 – Apreensões de mercadorias em Foz do Iguaçu em milhões de dólares



Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração própria.

Sem dúvida nenhuma os investimentos e ações de combate ao contrabando e ao descaminho realizadas pelo Estado brasileiro entre os anos 2000 e 2010 causaram grandes prejuízos para os grupos criminosos, obrigando mudanças na logística e migração de parte da operação para o Mato Grosso do Sul. Os impactos no ciclo econômico que envolve a internação e o transporte das mercadorias vindas do Paraguai foram enormes, aumentando muito os riscos da operação e desestimulando as pessoas que atuavam nesta atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi conduzido com o intuito de buscar uma explicação para a redução populacional ocorrida em Foz do Iguaçu entre os anos de 2000 e 2010. O Censo Demográfico de 2000 do IBGE trazia uma população de 258.543 habitantes para Foz do Iguaçu. Já em 2007 a Contagem da População realizada pelo IBGE estimou que a população de Foz do Iguaçu era de 311.336 habitantes. Contudo, no Censo Demográfico de 2010 o número apurado foi de 256.008 habitantes, ou seja, uma redução absoluta de 2.535 habitantes em 10 anos.

A internação irregular de mercadorias era tida por muitos como base da economia informal da região e as ações do Estado no combate ao comércio ilegal na Tríplice Fronteira ganharam notoriedade nos últimos anos. Logo, partiu-se da hipótese de haver uma relação de causa e efeito entre o combate ao contrabando e a redução populacional, pois, este combate desestimularia as pessoas que atuavam em atividades de travessia, transporte e distribuição de mercadorias trazidas ilegalmente do país vizinho. Assim, ao longo do trabalho foi estudado diversos aspectos para verificar se o fator preponderante para a redução na população de Foz do Iguaçu foi de fato a política de combate ao contrabando implementada pelo Estado brasileiro neste período.

Inicialmente, é necessário entender o que leva uma pessoa a deixar determinada região. Como visto, as disputas étnicas, os conflitos armados internos e as guerras entre países são algumas das razões que levam as pessoas a deixarem um país e buscarem outras regiões. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) afirma que no final de 2017 haviam 68,5 milhões de pessoas consideradas como deslocadas contra a sua vontade em razão de guerras e conflitos ao redor do mundo, dos quais 25,4 milhões deixaram o seu país de origem.

Por outro lado, segundo o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, até o final de 2017 estimava-se que 258 milhões de pessoas viviam em um país diferente do seu nascimento. Assim, ao subtrair 258 milhões dos 25,4 milhões, chega-se ao número de 232,6 milhões de migrantes que se deslocaram por motivos diferentes de guerra ou conflito armado. Em sua maioria, estes migrantes buscam uma renda maior e melhores condições de vida.

Contudo, um ponto importante observado no trabalho foi que estes 232,6 milhões são somente os migrantes que se deslocaram de um país para outro. Não

foram consideradas as pessoas que realizaram deslocamentos dentro de um mesmo país e que tendem a ser em número muito maior.

Para entender a dimensão destes deslocamentos internos, analisando o caso do Brasil, somente do êxodo rural, de 1950 até 2010, segundo levantamentos do IBGE, foram quase 52 milhões de habitantes que migraram do campo para as cidades brasileiras, desconsiderando as migrações de um centro urbano para outro. Tanto o êxodo rural como os deslocamentos de centros urbanos para outros centros urbanos, em geral, têm motivação econômica. As pessoas que optam por buscar novas regiões, geralmente o fazem em razão das dificuldades enfrentadas ou no campo ou nas favelas das cidades, buscando uma renda melhor ou oportunidade de emprego em outra cidade.

Outro exemplo visto no trabalho refere-se ao garimpo de Serra Pelada que se trata de um deslocamento migratório motivado por um ciclo econômico temporário. Neste tipo de ciclo, uma bolha populacional é gerada de maneira bem acelerada, sendo muito difícil que a região supra as necessidades de infraestrutura desse novo grupo populacional. Após o término do ciclo, este grupo tende a buscar outro local com novas oportunidades.

Como base no exemplo do garimpo, trazendo para o nosso território foco do estudo, em comparação com construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, fica claro que são exemplos bem diferentes. Primeiro, em que pese a infraestrutura não ser ideal, foram construídas moradias para os trabalhadores que vieram para construir e manter a Itaipu, Vila A para os operários de nível médio e baixo, a Vila B para os altos funcionários e engenheiros e a Vila C para os funcionários dos mais baixos escalões. A operação da Usina assimilou parte dos funcionários mais capacitados além de criou uma série de projetos e iniciativas que geraram novas oportunidades e postos de trabalho, como por exemplo nas áreas de turismo e tecnologia. Logo, não caberia relacionar parte da redução populacional de Foz do Iguaçu a um processo ocorrido duas décadas antes com o término da construção de Itaipu. Com o crescimento populacional registrando nas décadas de 80 e 90, fica claro que as pessoas envolvidas na construção foram absorvidas por ciclos econômicos subsequentes ou já existentes.

De qualquer forma, com o que foi visto, é possível concluir que há uma relação direta entre as migrações e os ciclos econômicos. A expansão ou a maturidade de um ciclo econômico pode atrair ou manter um grupo populacional em uma região. Assim como, o declínio ou o fim de um ciclo econômico pode estimular um deslocamento

populacional de saída em busca de oportunidades em outras regiões.

O primeiro ciclo econômico identificado na região, ocorrido do final do século XIX até os anos 1970, explorou a erva-mate e a madeira. Neste período, a exploração destes produtos era realizada pelas *obrages*, empresas privadas que possuíam concessão de terras junto ao governo do estado do Paraná. Apesar das Cataratas do Iguaçu já serem conhecidas e gerarem preocupação das autoridades brasileiras no sentido de garantir essa importante riqueza turística para o país, a exploração econômica da madeira e da erva-mate pelos *obrages*, em geral argentinos, gerou o estímulo que faltava para os brasileiros ocuparem a Tríplice Fronteira.

O século XX também foi marcado por importantes obras de infraestrutura muito aguardadas pela população da região. A ligação rodoviária entre o litoral paranaense e Foz do Iguaçu, a BR-277, foi concebida em 1920, ainda cheia de obstáculos e muito precária, sendo completamente asfaltada em 1969. Essa ligação do leste ao oeste do estado do Paraná foi fundamental para futuros ciclos econômicos da região. Esta rodovia, em conjunto com a Ponte Internacional da Amizade concluída em 1965, entre Brasil e Paraguai, e a Ponte Tancredo Neves concluída em 1985, entre Brasil e Argentina, além de alavancar o comércio entre os países, serviu como meio de escoamento da produção agrícola do Paraguai e do norte da Argentina, além de estimular o turismo, um dos setores mais pujantes da Tríplice Fronteira. Além disso, a construção da BR-277 em conjunto com a Ponte Internacional da Amizade permitiu atender a antiga demanda do Paraguai de ter um acesso ao mar.

Em 1916, Alberto Santos Dumont, o pai da aviação, conheceu as Cataratas do Iguaçu e ficou impressionado com a grandeza e a beleza das quedas. Ao saber que se tratava de propriedade privada, intercedeu junto ao Presidente do estado do Paraná solicitando que a área fosse desapropriada e tornada patrimônio público. Assim, em 1939 foi criado o Parque Nacional do Iguaçu, possibilitando a preservação da área e futura exploração turística sustentável.

Um ciclo econômico que ganhou força na década de 1970 foi o comércio entre Brasil e Paraguai, enquanto a exportação paraguaia para o Brasil era concentrada em algodão, menta, madeira, soja, e alguma carne, a exportação brasileira para o Paraguai era principalmente de produtos manufaturados, como caminhões, automóveis, ônibus, geladeiras, televisores, pneus, gasolina, cerveja, papel de toda espécie, tecidos, sapatos, detergentes, produtos de aço, ar condicionado, algumas máquinas de calcular, tratores, eletrodomésticos em geral, bicicletas, armas, munição,

móveis, equipamentos médicos, aviões, produtos plásticos em geral, cimento, comida industrializada e outros produtos.

Na década de 1970, pouco antes da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu era possível identificar claramente três ciclos econômicos acontecendo simultaneamente na Tríplice Fronteira. O ciclo econômico da erva-mate e da madeira, em declínio em razão da diminuição das reservas e do aperto das leis ambientais. O ciclo econômico do turismo, em crescimento em razão da estruturação da rede hoteleira e construção das pontes, da BR-277 e do aeroporto internacional de Foz do Iguaçu. E o ciclo econômico do comércio com o Paraguai, também em crescimento em razão da construção da Ponte Internacional da Amizade e da BR-277 e acordos celebrados entre os países.

Neste contexto surge a construção da Hidrelétrica de Itaipu como um novo ciclo econômico que afetaria para sempre a região. Desde a escolha do local, em 1973, até a inauguração, em 5 de novembro de 1982, foram 50 mil horas de trabalho e momentos em que a obra chegou a ter mais de 40 mil operários no canteiro de obras. Esses trabalhadores foram acompanhados, em alguns casos, pelas suas famílias, além da obra atrair um contingente de pessoas buscando oportunidades. Afinal, estes trabalhadores e as pessoas que mudaram para região precisavam de infraestrutura, produtos, comércio e serviços para atendê-los.

Se compararmos o ciclo econômico de Itaipu com o do garimpo de Serra Pelada, visto na primeira parte deste trabalho, as diferenças ficam evidentes. No caso de Itaipu, entre 1975 e 1978 foram construídas mais de 9 mil moradias nas duas margens para abrigar os trabalhadores que atuavam na obra, ou seja, foi criada uma infraestrutura, o que não ocorreu no garimpo. Isso explica porque as pessoas saíram de Serra Pelada com o fechamento do garimpo e porque isso não ocorreu com o término da obra de Itaipu. Além dessa infraestrutura, a permanência das pessoas na região de Foz do Iguaçu também tem relação com os outros ciclos econômicos em andamento na região: comércio exterior e turismo. Afinal, parte desse contingente foi assimilada por estes ciclos.

O turismo trata-se de um ciclo econômico em pleno crescimento e que teve o seu início no ano de 1939 com a criação do Parque Nacional do Iguaçu. A busca pelas Cataratas sempre foi o carro-chefe na atração turística da região, contudo, com o passar dos anos, novas atrações foram incorporadas ao portfólio da região. A própria Itaipu, logo após a sua conclusão, passou a ser uma atração turística em razão da

grandiosidade da obra. Em 1993 o Parque das Aves, local de preservação de espécies da fauna do Parque Nacional do Iguaçu, tornou-se outro importante atrativo que estimula o turismo na região. No caso do Parque Nacional do Iguaçu, local onde estão as Cataratas, apesar de haver visitação nas décadas anteriores, o registro do número de visitantes passou a ser realizado apenas a partir de 1980, quando foram registrados 654.975 visitantes. Em 2010, esse número chegou a 1.265.765 visitantes, ou seja, quase o dobro de 1980. Sem dúvida este volume de visitantes estimula muito a economia da região, movimentando hotéis, restaurantes e empresas de turismo.

No caso dos hotéis ou meios de hospedagem foi percebido um movimento interessante e que requer uma análise mais apurada. Em 2000, segundo informações da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, os meios de hospedagem em Foz do Iguaçu eram 184 unidades. Este número caiu até o ano de 2006, quando atingiu o patamar de 140 unidades. Finalmente, a partir de 2007, o número de meios de hospedagem subiu ano a ano até alcançar 161 unidades em 2010. Ao comparar estes números com o crescimento no número de visitantes no Parque Nacional do Iguaçu, parece não fazer sentido, pois, o crescimento no número de visitantes do Parque Nacional foi constante. Contudo, como foi visto na terceira parte deste trabalho, no início dos anos 2000 era comum quartos de hotéis destinados exclusivamente como depósitos de mercadorias. Com o fortalecimento do combate ao contrabando pelas forças de segurança pública e fiscalização, este tipo de hotel acabou sendo forçado a reformular sua maneira de atuação ou até a fechar. Em complemento a este raciocínio, segundo informações da Receita Federal do Brasil, houve uma diminuição dos meios de hospedagem mais simples que atendiam os sacoleiros, que vinham sozinhos e ficavam apenas uma noite, e um aumento dos meios de hospedagem mais luxuosos para atender os turistas que vinham para a região com suas famílias e ficavam hospedados por vários dias.

Após essa análise dos ciclos econômicos da região ao longo da história, o trabalho passou a investigar a redução populacional ocorrida em Foz do Iguaçu entre o ano de 2000 e o ano de 2010. A população do município começou o período com 258.543 habitantes, conforme apurado no Censo Demográfico de 2000, passando para 311.336 na Contagem da População em 2007 e terminando a década com 256.088 habitantes no Censo Demográfico de 2010.

Quanto aos métodos usados pelo IBGE para levantamento populacional, o Censo Demográfico é realizado ao final de cada década com entrevistas e visitação

em todos os domicílios, por isso é a pesquisa mais próxima da realidade. A Estimativa Populacional é realizada ano a ano entre dois Censos Demográficos e é feita com base em cálculos de tendência, logo, nenhuma pesquisa de campo é realizada neste método. Caso ocorra uma mudança de tendência no decorrer de um período em que estão sendo utilizadas Estimativas Populacionais, provavelmente esta mudança não será captada, gerando uma distorção que somente será percebida quando for realizado o próximo Censo Demográfico. Por isso, para evitar esse tipo de distorção que poderia perdurar por quase uma década, o IBGE procura realizar uma Contagem da População entre dois Censos Demográficos. A Contagem da População é uma pesquisa de campo amostral, logo, ela é menos precisa que o Censo Demográfico, mas, por realizar levantamento de dados através de entrevista com parte da população, possibilita perceber mudanças de tendências não captadas pelas Estimativas Populacionais.

Como visto no trabalho, em razão de uma restrição orçamentária, o município de Foz do Iguaçu não teve efetivada a Contagem da População em 2007, ou seja, os números de 2007 foram estimados. Diante destas informações, pode-se concluir que houve de fato uma redução da população de Foz do Iguaçu entre 2000 e 2010 de 2.455 habitantes. Além disso, como a Contagem da População de 2007 foi de fato uma Estimativa Populacional, ela não mostrou a mudança de tendência. Logo, esta redução populacional, pode ter ocorrido em qualquer momento da década.

Em seguida, foram analisadas as populações e variações populacionais das microrregiões que fazem fronteira com o Paraguai. Assim, além da microrregião de Foz do Iguaçu, foram observadas as microrregiões de Toledo no estado do Paraná e as microrregiões de Iguatemi e Dourados no estado do Mato Grosso do Sul. Percebeu-se que a microrregião de Foz do Iguaçu teve crescimento populacional na década de 1990 até 2007, sendo que em 2010 ocorreu uma redução populacional considerável. Em movimento contrário as microrregiões de Toledo e Iguatemi tiveram redução populacional na década de 1990 e a partir de 2000 houve crescimento. No caso da microrregião de Dourados, na década de 1990 já houve crescimento, mas de 2000 a 2010 houve um aumento no ritmo de crescimento. Com base nestes números pode-se afirmar que, a partir de 2000 até 2010, há grande possibilidade de ter ocorrido a transferência populacional da microrregião de Foz do Iguaçu para as outras três microrregiões estudadas.

Neste mesmo período, de 2000 a 2010, a Receita Federal do Brasil,

responsável pela fiscalização de bens que entram no país vindos do exterior, tomou a frente do combate ao contrabando e ao descaminho, realizando operações rotineiras de combate a estes crimes em conjunto com as instituições de segurança pública (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militar e Civil do Estado do Paraná e Guarda Municipal de Foz do Iguaçu) e as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica). Além das operações rotineiras, foram realizadas diversas operações de grande porte, tais como: Gralha Azul, Transporte Clandestino, Comboio Nacional, Cataratas e Fronteira Blindada. O foco principal destas operações foi desestruturar a logística dos grupos criminosos. Isso porque no caso de comprovação do uso do veículo na prática de contrabando ou descaminho e a respectiva comprovação da responsabilidade do proprietário, cabe também a apreensão do veículo transportador. Nos primeiros anos do século XXI a base da logística usada para internalizar e distribuir mercadorias do exterior na região eram os ônibus. Assim, para combater esta logística, de 2000 a 2010 foram apreendidos 2.553 ônibus com pico em 2005 de 641 ônibus apreendidos. Em razão dessas apreensões, 2005 foi último ano em que foram vistos os grandes comboios de 400 ônibus que se enfileiravam em direção aos grandes centros comerciais. Com a realização da operação Comboio Nacional, a logística de utilização dos ônibus para transporte de mercadorias foi sendo minada e, apesar dos ônibus ainda serem eventualmente utilizados neste transporte, os grandes comboios deixaram de existir.

Em seguida, com o combate mais efetivo ao uso de ônibus na logística do contrabando, os sacoleiros passaram a utilizar veículos de passeio que, apesar de transportarem menor quantidade de mercadorias, eram menos percebidos pela fiscalização. Foram utilizados veículos velhos, em um primeiro momento, veículos novos financiados, em um segundo momento e, atualmente, são utilizados veículos roubados ou furtados. Essa mudança na logística do contrabando pode ser notada nas apreensões de veículos que cresceu muito em quantidade a partir de 2006, com uma média de 3.371 veículos apreendidos por ano até 2010, sendo que em 2010 esse número chegou a 3.801 veículos apreendidos. Nota-se que esse crescimento foi considerável, apesar da redução nas apreensões de ônibus a partir de 2006. No período estudado foram apreendidos 19.360 veículos, mostrando o grande prejuízo causado aos grupos que realizavam o transporte destas mercadorias.

As apreensões de mercadorias passaram de um patamar de 27 milhões de dólares em 2000 para 118 milhões de dólares em 2010, o que significa dizer que as

apreensões mais que quadruplicaram. Somando as apreensões, de 2000 a 2010 foram apreendidos 620 milhões de dólares em mercadorias trazidas ilegalmente do exterior.

No que se refere a infraestrutura de apoio à fiscalização tanto a construção do Posto Fiscal Bom Jesus em Medianeira/PR como a construção da Aduana da Ponte Internacional da Amizade entre Brasil e Paraguai foram obras que possibilitaram uma grande evolução na fiscalização e na realização de operações. Em complemento a estrutura da Aduana da Ponte Internacional da Amizade foi iniciada a utilização do Sistema de Controle de Bagagens (SCB), possibilitando o controle de uso de cota de isenção das pessoas que traziam mercadorias do Paraguai. Pode-se dizer que este sistema impedia que as pessoas trouxessem indevidamente mercadorias abarcadas pela cota de isenção várias vezes por dia, como era a prática. Além disso, estas pessoas que tinham o uso de cota registrada praticamente tornavam-se inúteis para atravessar mercadorias. Logo, essa função de atravessar mercadorias ficava cada vez mais difícil.

Além disso, ainda tratando de infraestrutura, com o grande volume de apreensões a Receita Federal do Brasil precisou estruturar um pátio de veículos apreendidos com 151.000 m² de área e com capacidade de abrigar aproximadamente 8 mil veículos. Também em razão do grande volume de apreensões, a Receita Federal do Brasil investiu na construção de dois grandes depósitos para armazenar mercadorias apreendidas com capacidade total de 8.200 m².

Diante de tudo que foi visto neste trabalho e ao analisar a história da região e a evolução dos ciclos econômicos, observou-se que no período estudado, 2000 a 2010, a região era preponderantemente influenciada por três ciclos econômicos: turismo, comércio exterior com Paraguai e Argentina e mercadorias trazidas ilegalmente do Paraguai. No caso do turismo foram levantados dados relacionados a visitantes do Parque Nacional do Iguaçu que reforçam a ideia de que a atividade foi ampliada neste período, ou seja, aparentemente o turismo não daria causa para essa redução populacional. Para o comércio exterior, da mesma forma, os números mostram um salto de 1,4 bilhão de dólares para 3,6 bilhões de dólares de mercadorias comercializadas em uma década, ou seja, um crescimento de mais de 150% no período. Logo, não haveria razão para atividades deste ciclo econômico darem causa para a redução populacional estudada.

Finalmente, no caso das mercadorias trazidas ilegalmente, não temos dados

confiáveis que definam a variação desse volume de mercadorias contrabandeadas ou descaminhadas no período analisado, por outro lado, este trabalho trouxe uma série de números que demonstram investimentos realizados pelo Estado brasileiro e operações coordenadas de combate a estes crimes, evidenciando que este ciclo econômico foi severamente afetado por uma atuação consistente e contundente dos órgãos de fiscalização e segurança pública no combate a internação irregular de mercadorias.

Outro aspecto que também justifica esta redução de pessoas ligadas ao transporte de mercadorias trazidas ilegalmente do Paraguai é o início do controle efetivo do uso de cota de isenção na Ponte Internacional da Amizade. Esse controle gerou uma mudança na logística, causando o esvaziamento de pessoas que atravessavam a ponte com mercadorias, pois agora com o controle de cota não era mais possível atravessar a ponte várias vezes por dia. Com a cota registrada, o responsável por trazer mercadorias tornava-se inútil nesta atividade. Essa nova dinâmica gerou uma queda considerável na renda dessas pessoas que tiveram que buscar outras formas de rendimento ou, eventualmente, mudar para outras regiões.

A migração de parte desse comércio ilegal para o Mato Grosso do Sul, com ampliação e construção de lojas e shoppings, também é fator importante nesse processo de redução populacional. Afinal, como foi visto, uma fatia considerável do mercado brasileiro é propensa a adquirir produtos ilegais em razão do preço final, logo, os sacoleiros buscaram novas rotas para continuar fazendo com que estes produtos cheguem aos grandes centros consumidores do Brasil. Neste contexto, a fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai é seca, ou seja, sem rios ou lagos, logo, é mais difícil de ser fiscalizada. Além disso, foi observado o crescimento do comércio de mercadorias em Salto del Guairá associado a atuação mais tímida do Estado na fiscalização daquela região em relação a que é realizada na Tríplice Fronteira.

Com tudo que foi visto, pode-se afirmar que o Estado combateu efetivamente o contrabando e o descaminho na Tríplice Fronteira. Foram investimentos realizados em instalações, equipamentos e tecnologia. Também houve um grande número de servidores vindos como reforço e enviados constantemente à fronteira. Além da fundamental aproximação entre os diversos órgãos de fiscalização, de segurança pública e forças armadas. A reunião de todas estas ações resultou no aumento consistente das apreensões de mercadorias ao longo da década, gerando prejuízos aos sacoleiros, mudanças no modelo internação e transporte das mercadorias, além

de transferência de parte da operação para o Mato Grosso do Sul.

Assim, com as grandes dificuldades geradas pela fiscalização na Tríplice Fronteira para a internação de bens trazidos ilegalmente do Paraguai e com a impossibilidade de absorção do contingente populacional que atuava nessa área por outras atividades econômicas, parte da população envolvida nestas atividades, provavelmente, teve que deixar a região em busca de outras oportunidades.

Logo, diante das informações levantadas e do material estudado, pode-se afirmar categoricamente que a política do Estado de combate ao contrabando na Tríplice Fronteira foi fator preponderante na redução populacional de Foz do Iguaçu entre os anos de 2000 e 2010, causando a migração de parte desta população, provavelmente, para outras fronteiras com o Paraguai, como a microrregião de Toledo no Paraná e as microrregiões de Iguatemi e Dourados no Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Deslocamento forçado supera 68 milhões de pessoas em 2017 e demanda novo acordo global sobre refugiados.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2018/06/19/mais-de-68-milhoes-de-pessoas-deslocadas-em-2017-e-essencial-um-novo-acordo-global-sobre-refugiados/>. Acesso em 05 de janeiro de 2019. Publicado em 19 de junho de 2018b.

ACNUR. **Síria.** Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/siria/>. Acesso em 05 de janeiro de 2019. Publicado em 19 de abril de 2018a.

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva e; MARRA, Renner. **Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010.** Revista de Política Agrícola, ano XX, n.2, abril/maio/junho, p.80-88, 2011.

CAMPO GRANDE NEWS. Estudo liga contrabando à violência e pobreza em quatro cidades de MS. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/estudo-liga-contrabando-a-violencia-e-pobreza-em-quatro-cidades-de-ms>. Acesso em 20 de agosto de 2019. Publicado em 27 de outubro de 2016.

CARDIN, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita (UNESP). Araraquara (SP), 2010.

CATTA, Luiz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade.** Florianópolis: UFSC, 1995.

DAVI, Elen. **Trabalhadores na “fronteira”:** experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad Del Este (1990/2006). Dissertação (Mestrado em História). Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2008.

ESTADÃO. **Violência na Ponte da Amizade.** Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,violencia-na-ponte-da-amizade,20021008p20259>. Acessado em: 10 de janeiro de 2019. Publicado em: 8 de outubro de 2002.

ESTRADAS. **Fiscalização da ANTT em Foz do Iguaçu apreende 30% dos ônibus vistoriados.** Disponível em: <https://estradas.com.br/fiscalizacao-da-antt-em-foz-do-iguacu-apreende-30-dos-onibus-vistoriados/>. Acessado em: 10 de janeiro de 2019. Publicado em: 12 de novembro de 2003.

FIOROTTI, Cíntia. **História de trabalhadores e do trabalho na fronteira Brasil-Paraguai (1960-2015).** Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16331/1/HistoriaTrabalhadoresTrabalho.pdf>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2018. Publicado em 2015.

FOLHA DE LONDRINA. **Receita apreende R\$ 40 milhões em contrabando.** Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/receita-apreende-r-40->

milhoes-em-contrabando-407460.html. Acessado em: 10 de janeiro de 2019. Publicado em: 27 de julho de 2002.

FOLHA DE LONDRINA. **Sacoleiros voltam a protestar em Foz.** Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/sacoleiros-voltam-a-protestar-em-foz-469766.html>. Acessado em: 10 de janeiro de 2019. Publicado em: 13 de novembro de 2003.

FOLHA DE S. PAULO. **Operação comboio.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1806200516.htm>. Acessado em: 10 de janeiro de 2019. Publicado em: 18 de junho de 2005.

FOLHA DE S. PAULO. **Sacoleiros tentam driblar fiscalização 100% em Foz.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1712200613.htm>. Acessado em: 10 de janeiro de 2019. Publicado em: 17 de dezembro de 2006.

GAZETA DO POVO. **Servidores da Receita Federal são agredidos em Matelândia.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/servidores-da-receita-federal-sao-agredidos-em-matelandia-a7whoqv7a1fj3l9jurses88y6/>. Acessado em: 10 de janeiro de 2019. Publicado em: 4 de outubro de 2006.

IBGE. **Cidades:** Foz do Iguaçu. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/panorama>. Acesso em: 05 de janeiro de 2019a.

IBGE. **Estimativas populacionais.** Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2017/estimativa_dou.shtm. Acesso em: 05 de janeiro de 2019b.

ITAIPU BINACIONAL. **Itaipu, um “trabalho de Hércules”, chega aos 40 anos.** Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/itaipu-um-trabalho-de-hercules-chega-aos-40-anos>. Acesso em 05 de janeiro de 2019. Publicado em 16 de maio de 2014.

JESUS, Samuel de. **As fronteiras sul-mato grossenses no contexto da política nacional de defesa (2016).** In: BARROS, L.; LUDWIG, F. (Re)Definições das fronteiras: os desafios para o século XXI. Foz do Iguaçu: IDESF, 2019. P. 163-176.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A herança de Stroessner.** Campinas: Papius, 1987.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NAÍM, Moisés. **Ilícito:** o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

O GLOBO. **Em seis anos, guerra síria expulsou metade da população das suas casas.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/em-seis-anos-guerra-siria-expulsou-metade-da-populacao-das-suas-casas-21058533>. Acesso em 05 de janeiro de 2019. Publicado em 19 de abril de 2018a.

PMFI. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. **A cidade**. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/conteudo/?idMenu=1004>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2019a.

PMFI. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. **Comparativo da oferta turística 1987 a 2014**. Secretaria Municipal de Turismo. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=95082>. Acesso em 05 de fevereiro de 2019b.

PMFI. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. **Dados socioeconômicos de Foz do Iguaçu 2011**. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=62491>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2019c.

RICHMOND, Anthony H. **Immigration and ethnic conflict**. London: MacMillan Press, 1988.

ROSEIRA, A. M. **Foz do Iguaçu: cidade rede sul-americana**. 2006. 170 p. Dissertação (Mestrado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../TESE_ANTONIO_MARCOS_ROSEIRA.pdf

SILVA, Micael Alvino da; DOLZAN, Rafael Rodrigues Dolzan & COSTA, Alexandre Barros da. **O custo triangular: reexportação e descaminho nas relações Brasil-Paraguai**. In: BARROS, L.; LUDWIG, F. (Re)Definições das fronteiras: os desafios para o século XXI. Foz do Iguaçu: IDESF, 2019. P. 49-64.

SILVA, Micael Alvino da. **Breve história de Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu: Epígrafe, 2014.

SOUTO, Cíntia Vieira. **As relações bilaterais entre o Brasil e o Paraguai e os paradigmas de política externa brasileira**. Multilateralismo, plurilateralismo e a construção de uma ordem mundial. 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. De 22 a 26 de julho de 2013. Belo Horizonte, 2013.

SUPER INTERESSANTE. **Como foi o garimpo em Serra Pelada?** Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-foi-o-garimpo-em-serra-pelada/>. Acesso em 05 de janeiro de 2019. Publicado em 9 de dezembro de 2016.

UNRIC. **Número de migrantes continua a aumentar**. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/actualidade/32376-numero-de-migrantes-continua-a-aumentar>. Acesso em 05 de janeiro de 2019. Publicado em 29 de dezembro de 2017.